Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro Biomédico

Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro

Maria Rita da Silva Baltazar Gomes

“Violência Policial tem CEP”: gramática das emoções nas narrativas e vivências de uma família moradora do Complexo de Favelas da Maré

Rio de Janeiro

2023

Maria Rita da Silva Baltazar Gomes

“Violência Policial tem CEP”: gramática das emoções nas narrativas e vivências de uma família moradora do Complexo de Favelas da Maré

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Humanas e Saúde.

Orientador: Prof. Dr. Martinho Braga Batista e Silva

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CB/C

G633 Gomes, Maria Rita da Silva Baltazar

"Violência Policial tem CEP": gramática das emoções nas narrativas e vivências de uma família moradora do Complexo de Favelas da Maré / Maria Rita da Silva Baltazar Gomes. – 2023.
87 f.

Orientador: Prof. Dr. Martinho Braga Batista e Silva

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro.

1.Violência – Rio de Janeiro - Teses. 2.Maré (Rio de Janeiro, RJ) – Teses. 3.Polícia – Rio de Janeiro - Teses. 4.Emoções – Teses. 5. Narrativa pessoal – Teses. I. Silva, Martinho Braga Batista e. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro. IV. Título.

CDU 316.485.2(815.31)

Bibliotecária: Marianna Lopes Bezerra – CRB 7 6386

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Maria Rita da Silva Baltazar Gomes

“Violência Policial tem CEP”: gramática das emoções nas narrativas e vivências de uma família moradora do Complexo de Favelas da Maré

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Humanas e Saúde.

Aprovada em 02 de março de 2023.

Banca Examinadora: _____

Prof. Dr. Martinho Braga Batista e Silva (Orientador)

Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro – UERJ

_____

Prof.ª Dr.ª Laura Lowenkron

Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro – UERJ

_____

Prof.ª Dr.ª Patricia Constantino

Escola Nacional de Saúde Pública - ENSP/FIOCRUZ

Rio de Janeiro

2023

DEDICATÓRIA

Pra minha tia, a pessoa mais generosa que já conheci.

Nossa Oxum mais linda.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social e a todos os professores e funcionários do IMS que me abriram as portas da Saúde Coletiva e que tanto me ensinaram com todo o esforço que os tempos pandêmicos exigiram.

Ao CNPQ, que me contemplaram com bolsa de fomento ao longo dos dois últimos anos. Impossível ignorar o fato de que somente consegui alcançar esse título porque tive incentivo financeiro para tanto.

Ao Coletivo Negro Makota Valdina e ao Coletivo de estudantes. Ao primeiro, pelo Curso preparatório para ingresso no Mestrado e Doutorado para pessoas negras. A iniciativa me ajudou a enfrentar o medo da vida acadêmica. Pelas orientações durante todo processo seletivo, por toda disponibilidade, pelas noites de busca de salas vagas na UERJ para discussão dos textos, por acharem tempo em meio a tantos compromissos, por não medirem esforços pra fazer isso acontecer. Pela resistência. Ao segundo, pelas trocas, acolhimento e pela luta incessante de fazer da vida acadêmica um espaço menos árido.

Um agradecimento mais do que especial e um abraço forte que (ainda) não pudemos dar, ao meu orientador Martinho Silva, por construir essa pesquisa junto comigo. Por toda dedicação e cuidado, sem os quais eu não teria chegado até aqui.Não atravessamos tempos fáceis, poucos não foram os percalços pelo caminho. Martinho sempre teve uma escuta atenta, pronto a ajudar e com uma sensibilidade sem tamanho.

À Laura Lowenkron, a Fabio Mallart e à Patrícia Constantino, pelas contribuições enriquecedoras na pré-banca e na qualificação.

Aos meus colegas de Zoom por todas as trocas nas aulas virtuais. A pandemia de Covid-19 me tirou o prazer de viver mais intensamente com vocês. A Leonardo e Berenice, profissionais da saúde dedicados e competentes que foram amparo fundamental nesses últimos anos desafiadores.

À minha família, aos meus amigos e amigas. À tia Silvia, Rayane, Camila, Natália, Tamara e Desirée que não me deixaram esmorecer e dividem o peso e a leveza da vida comigo. À Hussain, o amor que (im)pulsa. “Pro que der e vier comigo”.

A família entrevistada que tão bem me acolheu e a todos os moradores Complexo da Maré. Que dão vida a esse lugar.

Normalmente, deixamos a escrita das formalidades por último nesse processo de conclusão. Eu, ao contrário, comecei agradecendo. Essas foram minhas primeiras linhas. Toda vez que a escrita parecer impossível (eu sei que essa hora vai chegar!) eu quero reler o que escrevi e ter motivação pra continuar.

Agradeço por fim, à minha mãe pelo apoio incondicional. Por acreditar em mim mais do que eu. Por ser minha fortaleza. Nada disso faria sentido sem você ao meu lado.

RESUMO

GOMES, Maria Rita da Silva Baltazar. **“Violência Policial tem CEP”**: gramática das emoções nas narrativas e vivências de uma família moradora do Complexo de Favelas da Maré. 2023. 87 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Com o objetivo de investigar a vivência da violência policial não letal por parte de uma família, esse estudo qualitativo foi conduzido com 5 parentes de 3 gerações distintas, entrevistando-os em sua residência, no Complexo de Favelas da Maré – Rio de Janeiro – RJ. Inicia o primeiro capítulo apresentando o território onde a pesquisa foi desenvolvida e as minhas imbricações com a polícia. Em seguida, descreve o percurso e os recursos metodológicos que orientaram a produção do corpus empírico que sustenta os resultados apresentados nesta pesquisa. Os participantes da pesquisa, os critérios de seleção para participação, a forma como são identificados, os procedimentos utilizados para chegar aos participantes, os cuidados necessários para realizar a pesquisa. Por fim, a escolha do modelo de análise temática para estruturar a análise dos relatos dos participantes e os aspectos éticos que envolveram o processo. No segundo capítulo, percorre os números da violência, noções teóricas do que pode se entender acerca desse fenômeno e apontamentos normativos e legais. O terceiro capítulo traz um breve histórico do processo de construção das emoções como objeto das ciências sociais e analisa os sentimentos presentes em relatos de experiências de vitimização em uma modalidade específica da violência, a violência policial. Os resultados apontam para um universo cercado pelo medo e a impotência, bem como permeado pela invasão ao domicílio, a tortura psicológica e a revista policial indiscriminada.

Palavras-chave: Favela. Violência Policial. Emoções.

ABSTRACT

GOMES, Maria Rita da Silva Baltazar. **"Police Violence has postal code"**: content of emotions in the narratives and experiences of a family living in Complexo de Favelas da Maré. 2023. 87 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro, Rio de Janeiro, 2023.

With the aim of investigating the experience of non-lethal police violence on the part of a family, this qualitative study was conducted with 5 relatives from 3 different generations, interviewing them at their residence, in Complexo de Favelas da Maré - Rio de Janeiro - RJ. I start the first chapter by presenting the territory where the research was developed and my interactions with the police. Next, I describe the path and methodological resources that guided the production of the empirical evidence that supports the results presented in this research. The research participants, the selection criteria for participation, the way they are identified, the procedures used to reach the participants, the care needed to carry out the research. Finally, the choice of the thematic analysis model to structure the analysis of the participants reports and the ethical aspects involved in the process. In the second chapter, I went through the numbers of violence, theoretical notions of what can be understood about this phenomenon and normative and legal notes. The third chapter will bring a brief history of the process of construction of emotions as an object of social sciences and will analyze the feelings present in reports of victimization experiences in a specific modality of violence, police violence. The results point to a universe surrounded by fear and apprehention and frequent home invasion, psychological torture and indiscriminate police searches.

Keywords: Favela. Police Violence. Emotions.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ISP	Instituto de Segurança Pública
MDIP	Mortes em Decorrência de Incursões Policiais
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
Pronasci	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
STF	Supremo Tribunal Federal
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Milícias/Comando Vermelho/3o Comando 24

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Os 5 entrevistados 29

Tabela 2 - Formas legais/ ilegais/ legítimas/ ilegítimas 52

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

1 **PERCURSO METODOLÓGICO** 20

1.1 **O território e eu. Eu e o território** 20

1.2 **Meus (des) encontros** 25

1.3 **Entrevistas** 28

1.4 **Aspectos éticos** 34

2 **QUE VIOLÊNCIA É ESSA?** 36

2.1 **Números** 37

2.2 **Noções** 41

2.3 **Normativas** 53

3 **NARRATIVAS DE UMA FAMÍLIA** 57

3.1 **A gramática das emoções** 57

3.2 **Medo** 60

3.3 **Outras emoções** 67

CONSIDERAÇÕES FINAIS 72

REFERÊNCIAS 78

ANEXO 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO 85

ANEXO 2 - ROTEIRO DE ENTREVISTA 87

INTRODUÇÃO

Polícia Pacificadora
Paz sem voz não é paz é medo
Paz sem voz não é paz é gueto
Favelado merece respeito
Não tapa na cara e porrada nos *peito*
Hoje no morro um pretinho chorou, pois seu pai foi e não voltou
A mãe *tá* triste e orou ao senhor que a polícia passou, mas a dor ficou
Canta funk é minha oração pra que a paz não venha de caveirão
(...)
(Rap de Rafael Calazans morador do Morro do Alemão e coordenador técnico do CAPSad Mirian Maqueba)

A violência vem sendo objeto de interesse e de estudos da área da saúde desde meados da década de 70 e 80, não somente devido ao crescimento dos indicadores epidemiológicos, mas, também, pelos seus impactos econômicos, sociais e implicações políticas.

A primeira forma de inserção da temática da violência na área da saúde, dentro da lógica biomédica, ficou restrita ao atendimento das lesões, traumas e mortes dela decorrentes. Em revisão bibliográfica na Revista Ciência & Saúde Coletiva sobre a temática violência e acidentes entre os anos de 1996 a 2019, aponta que apenas dois estudos de países da América Latina e Caribe abordam a violência política e os efeitos dos conflitos armados na saúde da população. A violência contra idosos, crianças, adolescentes, jovens e mulheres representa pouco mais da metade das publicações do período (SOUZA et al., 2020).

Essa propensão já havia sido apontada por Minayo (2006). A vinculação entre violência e saúde tem seu embrião na problematização da violência contra crianças e adolescentes por parte da corporação médica. Como resposta à militância feminista, a violência contra a mulher é inserida posteriormente. Por último, a violência contra o idoso ganha força na área. Mesmo com a inserção do suicídio (violência autoinfligida), violência no trabalho e violência no trânsito, ainda é perceptível uma absoluta predominância da violência interpessoal na agenda da saúde. O texto aponta ainda que 10,7% da produção focalizou categorias profissionais.

No Brasil, seguindo tendência mundial, o assunto entra na agenda política e social da saúde na década de 1980. Apenas no ano de 2001, a partir da portaria número 737/GM do Ministério da Saúde, aprova-se a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por acidentes e Violências.

Se violência compõe a agenda científica e estatal da área de saúde pública tardiamente, a paz passa a vigorar na de segurança pública recentemente também. O Programa Nacional de Segurança Pública (Pronasci), regido pela Lei nº 11530 de 2007, instaura um novo paradigma na segurança pública brasileira – pelo menos formalmente– e estimula o desenvolvimento de uma cultura de paz. Indaga-se: paz pra quem?

A proposição do Pronasci objetivava a reformulação das políticas de segurança pública em um projeto de longo prazo, tendo por base as ideais de policiamento comunitário e desmilitarizado (Valente, 2019).

Ao analisar o processo de inserção do tema da violência nos marcos legais de saúde mental entre 2001 e 2011, Valadares (2013) identifica três tendências nesta política pública nacional. O primeiro voltado à proteção, desinstitucionalização e garantia de direitos de pessoas com transtornos mentais, regulamentando uma mudança nas práticas assistenciais da saúde. O segundo relacionado à violência no território, sendo que nesse momento o termo "violência" passa a ser evidenciado e se identifica uma pulverização das tipologias de violência nos documentos. O terceiro e último que tomava enquanto foco o uso de álcool e outras drogas.

No plano internacional, A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, no Relatório sobre a situação dos direitos humanos no Brasil de 2021,observou uma piora nos indicadores de segurança e dados sobre violência desde seu último relatório sobre o país em 1997.

A Comissão IDH vê com extrema gravidade a persistência e o incremento do uso cada vez mais frequente de técnicas, treinamentos e equipamentos militares na segurança pública, assim como ressalta a prevalência, na política criminal adotada pelo Brasil de abordagens incompatíveis com o almejado paradigma da segurança cidadã.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) países com mais de 10homicídios para cada 100 mil habitantes são aqueles com violência endêmica, a Organização adotou ainda a Resolução WHA49.25 (1996), que considera a violência como o maior e mais crescente problema de saúde pública no mundo.

A respeito da ótica dos trabalhos da segurança pública no Brasil, a abordagem da questão da violência policial discorre sobre o uso da força aplicada pelo Estado e a questão do descontrole da violência em países democráticos (NETO, 1999; LOCHE, 2010).

O tema da violência policial foi o investigado em meu TCC (GOMES, 2017), sob o prisma da (re)tomada do território pelas forças armadas, enquanto etapa para a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), frente ao cerceamento dos direitos fundamentais salvaguardados pela Constituição Federal de 1988.

Para efetivar uma aproximação com o campo da saúde, minhas primeiras linhas tentaram traçar um entrelaçamento com a saúde mental. Ao longo do tempo a partir de exercícios de aproximação com o campo, trocas em disciplinas do mestrado, orientação e leituras mais aprofundadas foram fazendo com que o trabalho fosse remodelado e chegasse a esse resultado final. Considero que o caminho percorrido tenha sido fundamental para compreender as bases da questão que se punha.

Iniciei meu percurso para construção desse projeto no final de agosto de 2020. Exatos três meses separaram esse início do assassinato de George Floyd em Minneapolis, EUA. Floyd foi imobilizado e asfixiado por um policial até a morte. O caso gerou comoção popular, principalmente nos Estados Unidos, e ganhou grande repercussão midiática em torno do mundo. Na contramão, apenas uma reportagem associando ocaso à saúde mental de jovens negros foi traduzida e publicada no Brasil, um mês após o início dessa trajetória, e, portanto quatro meses após o ocorrido.

De lá pra cá, no Brasil muitos homens e mulheres, adolescentes, crianças e grávidas foram vítimas da violência policial.

No dia 26 de maio de 2022, Genivaldo de Jesus dos Santos, pessoa com transtorno mental foi morto por policiais rodoviários federais, após ser brutalmente humilhado, amarrado e agredido. Genivaldo foi colocado dentro do porta-malas de uma viatura e um dos policiais lançou uma bomba de gás lacrimogêneo dentro do veículo.

Não podemos deixar de sinalizar o quanto a concepção de loucura estabelecida na modernidade foi forjada pelo colonialismo, patriarcado e racismo. Não é coincidência, o tema da violência ocupar a agenda científica e estatal de saúde mental há menos tempo ainda.

Em minha própria revisão bibliográfica encontrei alguns artigos e capítulos de livros dedicados aos trabalhadores da saúde. Para mais, ao travar conversas informais sobre o meu tema foi peculiar que a menção à “violência policial e saúde mental” fosse direta e imediatamente associada aos riscos das profissões policiais militares e civis e as implicações a saúde dos profissionais (CONSTANTINO, RIBEIRO, CORREIA, 2013; MAIA 2018, 2021; MINAYO, SOUZA, CONSTANTINO 2007, 2008; MINAYO, ASSIS, OLIVEIRA, 2011; POLARO, SILVA, VIEIRA, 2008; SPODE, MERLO, 2006;

ANCHIETA, 2005). Há inclusive uma edição da Revista Ciência e Saúde Coletiva totalmente dedicada ao tema. Outros tantos tratam, sem embargo, dos impactos relacionados à violência letal (CARDOSO, 2016; COSTA, NJAINE, SCHENKER, 2017; DOMINGUES, DESSEN, 2015; COSTA, 2017), a morbidade, seja ela em decorrência de violência policial direta ou indireta(BUENO, 2018; BUENO 2020;SILVA ET. AL, 2021) e a saúde do trabalhador (GONÇALVES, ALVAREZ, 2013; SANTOS, 2020; VELLOSO, 2005; LANCMAN, 2009; BENICIO, 2017).

Na IV Conferência Nacional de Saúde Mental realizada no ano de 2010, evento que envolve a participação de usuários, trabalhadores e gestores do campo da saúde em torno da construção de políticas de Estado, a violência é inserida no eixo reservado aos Direitos Humanos e Cidadania como desafio ético e intersetorial. Há menção à violência policial uma vez dentre as 601 propostas discutidas e aprovadas.

> "Estimular a identificação precoce e a notificação de casos de violência interpessoal, particularmente as situações de violência intrafamiliar e policial, através da educação permanente dos profissionais de saúde e de ações conjuntas com as equipes de saúde mental, com o apoio dos conselhos profissionais." (SUS, 2010, p.156)

A tipificação acima considera a violência dividida em três formas principais: autoinfligida, interpessoal e coletiva. Dentro de cada uma delas encontram-se subdivisões, de maneira que a violência, longe de ser um conceito estático, é classificada a partir de múltiplos enfoques.

A partir da tipologia utilizada por Rubens Adorno – violência estatal, violência privada e violência urbana – Pedro Gabriel Delgado (2012) organiza os temas da interface da saúde mental e violência em torno de quatro eixos: (I) violência política; (II) violência institucional; (III) violência doméstica; e (IV) violência urbana. Nessa perspectiva, a pesquisa pretende situar-se na intersecção entre violência de Estado e violência urbana.

A violência institucional pode ser assim definida: "é aquela que se realiza dentro das instituições, sobretudo por meio de suas regras, normas de funcionamento e relações burocráticas e políticas reproduzindo as estruturas sociais injustas" (MINAYO, 2007). A violência institucional, portanto foi aquela que nasceu junto com o Estado Moderno e conferiu legalidade ao agir estatal.

A desigualdade na vivência da violência é abordada por Alves (2011), que afirma existir uma distribuição desigual e geográfica da violência estatal, submetendo corpos específicos ao controle e ao extermínio. Ao analisar dados sobre letalidade policial nas

cidades de Rio de Janeiro e São Paulo, o autor afirma ser possível “desvendar como as diferentes geografias da metrópole (delineadas por raça e classe social) se constituem em *locus* privilegiado onde a violência policial assume sua forma letal”.

Mas qual a racionalidade que torna a distribuição desigual da violência em determinados territórios uma realidade aceitável, senão justificada?

É latente a setorização da atuação policial na cidade e o enfoque quantitativo comumente dirigido ao tema. Segundo Patrícia Schmid e Octavio Junior (2019), não existe no país número significativo de trabalhos avaliando os impactos da violência na saúde mental das populações a ela submetidas. Ademais, a violência perpetrada pela polícia é um fenômeno pouco explorado no Brasil (ANUNCIAÇÃO et al., 2020).

Desse modo, pode ser possível sustentar que a violência policial se apresenta como um problema social complexo, mas reflexões que tomem por foco as vítimas não ecoam nem na literatura científica nem na política pública de saúde. O debate sobre a violência policial ainda é incipiente na saúde coletiva, sendo que na mídia ela não parece relacionada ao campo da saúde.

Foi nesse hiato de dados que essa pesquisa encontrou justificativa. Mas não foi só. O movimento que fiz até aqui, que não se deu a partir da existência de um ponto de partida fixo e claramente identificável, foi construído principalmente com marcas e memórias da minha vivência enquanto moradora do Complexo da Maré.

Do ponto de vista da minha própria trajetória pessoal, cabe afirmar que a relevância dessa pesquisa se faz presente na minha vida não apenas como um mero interesse de estudar e produzir conhecimento sobre o tema, mas de entender também como essas questões aparecem na minha vivência e de inúmeros outros moradores da Maré.

Fez-se necessário recorrer às contribuições dos estudos nas ciências sociais sobre a temática policial. Muniz, Caruso e Freitas (2018) realizaram um mapeamento a respeito dos estudos sobre polícia nas ciências sociais.

Os/as autores/as percorrem as contribuições classificatórias de Alba Zaluar, Kant de Lima, Michel Misse e Ana Paula Miranda, César Barreira, Sérgio Adorno, mais Marcelo Campos e Marcos Alvarez. Apesar de percorrerem caminhos metodológicos distintos, seguir essa trilha nos leva a atravessar do campo enquanto legítimo problema social à construção da violência como uma questão sociológica.

O trabalho de sistematização realizado pelos/as autores/as é de extrema relevância, pois disserta dos trânsitos temporais e espaciais feitos por esses pesquisadores,

destacando a importância dos fluxos entre ONGs, governo e academia para compreensão das instituições policiais e uma configuração multidisciplinar e intersetorial dos estudos.

Alba Zaluar mapeou estudos produzidos por sociólogos, antropólogos e cientistas políticos que se adentraram em pesquisas sobre violência e criminalidade, buscando identificar as questões mais relevantes. Essa escolha analítica se deu, em grande medida, devido à constatação de que o debate naquele momento ainda era disperso e pouco fundamentado teoricamente.

Alba propôs uma classificação que se organiza em torno dos seguintes eixos: reflexão sobre o que é violência; imagens ou representações sociais do crime; violência e o medo da população; vítimas e os crimes; procura de explicações para o aumento da violência e da criminalidade e por fim, sobre o problema social da criminalidade como tema de política pública.

Apesar de a violência, o controle social, o conflito, a coerção e o desvio serem repertórios temáticos clássicos das ciências sociais, em nenhum momento a polícia é mencionada nessa indexação. Essa invisibilização reflete o fato de as práticas policiais não figurar como temática importante para os pesquisadores pioneiros da violência. Muniz, Caruso e Freitas (2018) elucidam que a abordagem dispensada à polícia nos artigos acadêmicos tendia a ser indireta, genérica, abstrata, abordada como conceito dado, subalterna e instrumentalizada. O cenário apresentado sugere um momento em que o acesso às instituições policiais era excessivamente limitado a observadores externos. Dessa forma, mantinha-se uma boa distância de quem controla e disciplina.

Kant de Lima, Michel Misse e Ana Paula Miranda, entre 1970 e 2000,desenvolvem um balanço e propuseram uma classificação dos estudos sobre a temática, qual seja, (1) A temática da delinquência e da criminalidade violenta subdividida em (a) delinquência infanto-juvenil e a categoria “de menor”; (b) aumento da criminalidade urbana, mudanças de padrão e perfil social dos acusados e seus efeitos de violência; (c) a questão do crime organizado e do tráfico de drogas; (2) a temática da polícia e do sistema de justiça criminal; (3) a temática das políticas públicas de segurança; (4) a temática da violência urbana (imagens, práticas e discursos).

A classificação acima concebida conjuga os “problemas sociais, suas expectativas de resolução e a problemática científica que os conforma” (MUNIZ; CARUSO; FREITAS, 2018). A organização citada demonstra o avanço no debate e trabalhos que se propuseram a investigar, direta ou indiretamente, o papel da polícia e do sistema de justiça criminal na sociedade brasileira.

Mais adiante, Sergio Adorno apresenta uma classificação sobre o tema mais específico da violência urbana. A partir da narrativa etnográfica da obra *Meu casaco de general* de Luiz Eduardo Soares, Adorno desenvolve seus argumentos sobre o monopólio estatal da violência física legítima, em torno do qual gravitam outros temas como: 1) soberania política e o futuro do Estado-Nação; 2) lei e ordem versus direitos humanos; 3) legitimidade, autoridade e justiça pública. Uma vez mais, a problemática dos estudos policiais é contemplada, porém atravessa implicitamente os três grandes eixos de agregação propostos.

Para Muniz, Caruso e Freitas (2018), tais apontamentos são possíveis pelo intercambio de Adorno com descritores conceituais de polícia da literatura europeia e norte-americana. Polícia como meio de produção de alternativas de obediência às regras do jogo, com o recurso potencial e concreto de força, sob consentimento social; Polícia como expressão de soberanias sob população e territórios; Polícia como dispositivo de administração de conflitos, de negociação das interpretações da lei e das expectativas de ordem.

O panorama realizado pelos autores/as encaminha para a existência de blocos de sentidos capazes de organizar a pesquisa sobre polícia nas ciências sociais. Eles/as dividem os blocos em: 1) violência e crime; 2) polícia e ordem pública; e 3) políticas públicas de segurança e justiça. Conectados/as com a linha de avanço das pesquisas e temáticas centrais, os autores/as concluem que o primeiro eixo figurou como eixo iniciático do tema e segue precípuo na produção acadêmica.

Nesse ensejo eles/elas demonstram como a palavra polícia foi por muito tempo atrelada ao debate sobre o uso da força legítima pelo Estado. A esse respeito, reafirmam o que Zaluar já dizia em no final dos anos 1990: “os estudos sobre polícia surgem da urgência em discutir a violência advinda do poder ilegítimo do Estado” (MUNIZ; CARUSO; FREITAS, 2018, p. 155).

Foi no contexto de redemocratização, de transformações jurídicas e políticas no país, que os estudos sobre violência policial ganharam espaço entre os cientistas sociais. Pode-se afirmar que foi ao longo da década de 1990 que a polícia efetivamente ganhou lugar como problemática sociológica. Nos anos 2000 há um avanço dos estudos sobre a polícia que surge com mais ênfase na narrativa acadêmica.

Nesse curso, os estudos do segundo bloco - polícia e ordem pública - evoca um conjunto de estudos dos mais diversos e dispersos[1]. Acerca do *fazer ostensivo da polícia*, foi trabalhado pioneiramente na etnografia realizada por Jacqueline Muniz e

> "permitiu colocar luz sobre questões centrais envolvendo a compreensão de que o fazer policial cotidiano é a expressão pragmática, funcional, utilitária e invasiva de como sustentar o exercício de certos tipos de poder e de autoridade, às regras do jogo democrático."(MUNIZ; CARUSO; FREITAS, 2018, p. 156)

Minha abordagem parte da concepção de Maria Stela Porto (2010), a qual afirma que quando se trata da segurança pública, para o "fazer sociológico" interessaria tanto o fato, como suas representações, que são igualmente parte de sua definição. Porto (2010), com o anseio de conceituar precisamente as violências, escreve sobre a importância de considerar as representações construídas sobre elas através do discurso.

Considerando a relevância de apreender a violência através do que é dito sobre ela, é que a narrativa dos moradores do Complexo da Maré ganha centralidade no presente trabalho. Logo, o esforço é o de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de acontecimentos. (VELHO 1981)

Monitoramento realizado pelo de "De Olho na Maré!"[2], identificou que as repercussões das operações policiais se espraiam para além da área da favela em que acontece as ações de fato e que seus impactos se dão de forma ampliada no complexo da Maré.

Essa dissertação está dividida em três capítulos. Inicio o primeiro capítulo apresentando o território onde ela se desenvolveu e das minhas imbricações com o território e com a polícia. Em seguida, descrevo o percurso e os recursos metodológicos que orientaram a produção do *corpus* empírico que sustenta os resultados apresentados nesta pesquisa. Os participantes da pesquisa, os critérios de seleção para participação, a forma como são identificados, os procedimentos utilizados para chegar aos participantes,

---

1 "vão desde o controle da ordem pública; a reforma das polícias; o estudo dos mecanismos de controle externo e interno; a análise do policiamento comunitário; ouvidorias, corregedorias, conselhos de segurança pública entre outros; a polícia judiciária e seus fluxos de investigação; as guardas municipais; até a participação da sociedade civil na segurança pública através de projetos específicos. Obviamente essa lista não se esgota e nem dá conta do que foi produzido *sobre* as polícias" (MUNIZ; CARUSO; FREITAS, 2018, p.156)

2 Equipe de profissionais da ONG Redes da Maré que acompanham de perto os momentos de confrontos armados ao campo e se dirige ao campo em até 48 horas após as situações de confronto armado.

os cuidados necessários para realizar a pesquisa. Por fim, a escolha do modelo de análise temática para estruturar a análise dos relatos dos participantes e os aspectos éticos que envolveram o processo.

No segundo capítulo, percorrerei os números da violência, noções teóricas do que pode se entender como violência para meus interlocutores e apontamentos normativos/legais. O terceiro capítulo trará um breve histórico do processo de construção das emoções como objeto das ciências sociais e analisará os sentimentos presentes em relatos de experiências de vitimização em uma modalidade específica da violência, a violência policial.

Foi um desafio tratar de violência policial nesse contexto, porque se enfrenta um cenário de sobreposição de violências, num território extremamente marcado pela supressão de direitos e desigualdades estruturais, expostos a violências e violações de diversas ordens.

Haiti (Caetano Veloso)

Quando você for convidado pra subir no adro
Da fundação casa de Jorge Amado
Pra ver do alto a fila de soldados, quase todos pretos
Dando porrada na nuca de malandros pretos
De ladrões mulatos e outros quase brancos
Tratados como pretos
Só pra mostrar aos outros quase pretos
(E são quase todos pretos)
Como é que pretos, pobres e mulatos
E quase brancos quase pretos de tão pobres são tratados

1 **PERCURSO METODOLÓGICO**

1.1 **O território e eu. Eu e o território**

Nasci e cresci na Maré. Toda minha família morou na Maré por quase toda a vida. A maioria deles ainda vive aqui. Falo aqui, pois é da Maré que escrevo essa dissertação. Sou fruto desse pé, aqui estão minhas raízes.

Meu avô paterno nasceu em Recife e veio de navio para o Rio de Janeiro no final dos anos 1940. Aos poucos, com o dinheiro que ganhava com o ofício de sapateiro trouxe toda a sua família pra cidade. Minha avó paterna veio da Paraíba. A Maré ainda hoje, acolhe milhares de nordestinos que migram todos os anos na esperança de uma "vida melhor".

Depois de casarem meus avós maternos foram morar na favela do Esqueleto. O morro foi destruído para a construção da UERJ[3]. As famílias do Morro do esqueleto foram removidas para áreas mais afastadas do Centro da Cidade. Meus avós foram realocados na Maré. A Maré é um mosaico.

O início da formação da Maré é proveniente de um processo de mudanças urbanas ocorridas durante a segunda metade do Século XX. Em 1960, a política de remoções[4] implementada na cidade, transferiu involuntariamente populações inteiras da Zona Sul, Central e grande Tijuca.

Nessas idas e vindas, a partir da década de 1990, eu presenciei a construção de três favelas. Erguidas pela secretaria de habitação, as novas casinhas se prestaram a reassentar populações removidas de áreas de risco e da rua. O processo de expansão e verticalização continua em franco crescimento. Novas construções surgem diariamente agregadas a essas favelas. É difícil ver uma calçada vazia por aqui.

Nesse conglomerado, vivem aproximadamente 139.073 habitantes distribuídos em 47.758residências, conforme dados do Censo Maré realizado pela Organização da

---

3 Minha avó e meu avô foram removidos do mesmo chão aonde anos mais tarde meus pais vieram a ser os primeiros da família a se formar em um curso superior. Depois deles só eu me graduei e agora finalizo minha pós-graduação na mesma instituição.

4 O governador Carlos Lacerda (1962–1965) removeu 41.958 moradores de 27 áreas. Retirado de https://medium.com/explicando-a-poltica-de-habitacao-da-prefeitura/a-política-de-remoção-de-favelas-no-passado

Sociedade Civil Redes da Maré em 2013[5]. O Índice de Desenvolvimento Urbano (IDH) é de 0,722 ficando na 123ª posição dentre os bairros do município, atrás apenas dos bairros de Acari, Costa Barros e Complexo do Alemão.

Situado na Zona Norte do Município do Rio de Janeiro, às margens da Baía de Guanabara, contígua à Av. Brasil e à Linha Vermelha, entrecortada pela Linha Amarela, o Complexo de Favelas da Maré foi reconhecido como bairro em 1994. O Complexo da Maré é composto pelas seguintes favelas: Marcílio Dias[6], Praia de Ramos, Roquete Pinto, Parque União, Rubens Vaz, Nova Holanda, Parque Maré, Nova Maré, Baixa do Sapateiro, Morro do Timbau, Bento Ribeiro Dantas, Conjunto Pinheiro, Vila do Pinheiro, Novo Pinheiro, Vila do João e Conjunto Esperança.

No âmbito administrativo da saúde o Complexo da Maré está inserido na área Programática de número 3. Em comparação com as demais áreas da Cidade, segundo dados do DATASUS é a área que apresenta maior número absoluto de mortes por armas de fogo no Município do Rio de Janeiro entre 2008 e 2018.

Para além da delimitação geográfica, o território carrega consigo dados simbólicos (SANTOS, 2012), de maneira que:

> "O território é delimitado, construído e desconstruído a partir das relações de poder que se estabelecem no tempo e no espaço e, portanto, a definição de território é política, o que é o fundamento de uma geografia da desigualdade. (VALENTE, 2014)."

Boa parte na minha infância eu passei na casa da minha avó, enquanto minha mãe trabalhava. À noite minha mãe passava para me buscar para dormir em casa. Todos os dias eu cruzava a Maré de uma ponta a outra nesse trajeto. Nessa época, havia um ônibus que circulava por todo o território. No início dos anos 2000 o ônibus teve seu trajeto reduzido, até que foi definitivamente substituído pelo transporte informal de kombis.

---

5 Trata-se do último censo demográfico realizado no território. O trabalho de (Gonçalves, 2020) aponta que os dados formulados pelos censos sempre sofreram forte crítica pelo fato de não descreverem a realidade das favelas. Por essa razão, Organizações da Sociedade Civil passaram a colaborar no mapeamento do território, na elaboração das perguntas e na fase coleta de dados. O censo realizado no complexo de favelas da Maré em 2000 foi uma parceria entre o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm), com recurso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e apoio técnico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence) e subsidiado com dados do IPP. O último censo do IBGE não foi realizado no ano de 2020 em decorrência da pandemia. Após decisão do STF o governo Federal foi compelido a dar início ao censo que iniciará a fase de coleta de dados em agosto de 2022.

6 Apesar do amplo reconhecimento da população local, em termos oficiais esta favela não compõe o território da Maré. (REDES DA MARÉ, 2021)

Hoje para fazer o mesmo deslocamento é necessário sair do território caminhando até a Avenida Brasil, quatro pontos depois caminhar novamente para dentro do território[7]. Nem mesmo os transportes coletivos informais são autorizados a trafegar entre as "fronteiras internas[8]".

Não foi só isso que mudou por aqui. Visito minhas memórias com a polícia no próximo tópico deste capítulo. Todas elas são de incursões pontuais. Mas no meio delas também estava o fato de que a Maré já teve *um tal* posto policial. Desse eu não tenho lembranças. Mas ouvi muitas vezes minha avó, minhas tias e meus tios falarem sobre ele.

Pedi então, que minha mãe me fizesse um breve relato.

> "Cada destacamento policial comunitário era responsável por um perímetro da Maré. Tinham cerca de 5 postos distribuídos nessa região. Dentro do próprio posto tinha uma carceragem. Eles prendiam por vadiagem, arruaça e porte de pequenas quantidades de droga. Tinha ronda umas três vezes por dia. Certa vez por conta de briga entre vizinhos minha irmã foi detida. A família toda 'desceu' para a 21ª DP. O delegado fez uma espécie de conciliação e liberou todos nós."

De esses todos esses postos, apenas um ainda existe e fica às margens da Avenida Brasil. Tal posto não foi mencionado em nenhuma das conversas que tive com a família moradora, e não exerce atualmente qualquer papel dentro da própria Maré[9].

---

7 Ao pensar na produção da diferença, Douglas (1976) propõe que cada cultura específica possui um sistema de classificações próprio. Aquilo que não se enquadra dentro dessa ordenação ou que se encontra na divisa é considerado um ameaça. Ali é onde mora o perigo. No caso do Rio de Janeiro elas estão no meio da cidade, mas suas margens e os "marginais" são bem delimitados. A Maré tem fronteiras bem determinadas. É mais difícil saber exatamente onde se termina Copacabana e se inicia Ipanema/Arpoador, Gávea e Leblon, Lapa e Glória ou Tijuca e Andaraí, por exemplo. Já clássica dicotomia morro-asfalto, usada para designar a relação favela e zonas urbanizadas, permanece latente. A Av. Brasil, Linha Vermelha e Amarela são os pontos de referência que comumente dividem o lado de cá, do lado de lá da fronteira. O léxico sair, entrar, lá fora, aqui dentro, comumente usado pelos moradores, demarcam essa diferença.

8 Na Maré há fronteiras internas e externas que servem de referência para os deslocamentos físicos e simbólicos. As internas demarcam a passagem de uma região sob domínio de um grupo armado para outra. Há uma tensão permanente de poder que reforça a interdependência e a circulação espacial e simbólica entre bairro e cidade.

9 A atuação policial foi gradativamente se afastando. "Os Postos de Policiamento comunitário (PCC's) perderam todo o sentido de equipamento de segurança pública, que deveria ser o primeiro espaço de contato dos moradores com a polícia" (SILVA, 2012). A partir da década de 1990 "as operações policiais são o método preferencial de direcionamento do uso da força pelo governo do estado do Rio de Janeiro" cuja "principal motivação reportada para a realização das operações é a repressão ao tráfico de drogas e armas" (HIRATA; GRILLO, 2019). Consequencialmente, a interação com a polícia nos ambientes favelados ocorre quase que exclusivamente por ocasião das operações policiais.

Além desse, a Maré tem um Batalhão, construído entre os anos de 2001 e 2003 numa área de dez mil metros quadrados[10].

> "A nova sede do 22º Batalhão de Polícia Militar (BPM), no Km-6 da Linha Vermelha, no Complexo da Maré. Instalado em uma das áreas prioritárias para a atuação da Polícia Militar; o novo batalhão irá contar com um efetivo inicial de mais de 800 policiais treinados para atuar na comunidade (...) até o final do ano, o efetivo deverá chegar a mil policiais militares. (...) Uma das novidades da unidade é que esta terá duas entradas: uma para o Complexo da Maré e outra para a Linha Vermelha[11]".

Passando pela Linha Vermelha é possível ver um letreiro prateado sinalizando o Batalhão. Além disso, há iluminação de postes, gramado, guarita, cancela e bandeiras do Brasil e do Estado do Rio de Janeiro. Ao comparar com o portão azul fincado no muro alto que cerca os dois prédios é difícil afirmar se trata de uma porta de entrada e não apenas a porta dos fundos.

Em que pese a arquitetura erguida e a condição de área prioritária, a atuação desse contingente se limita ao policiamento esporádico nas entradas da Maré. Além disso:

> "O contexto sociodemográfico, os indicadores de desigualdades sociais e por consequência a marginalização de determinados segmentos populacionais são fatores preponderantes para a compreensão da complexidade multicausal do fenômeno da violência (PORTO, 2000; WACQUANT, 2001).

É forçoso pontuar que a Maré hoje tem a presença de três grupos armados, duas áreas estão sob domínio de facções do tráfico varejista de drogas e uma terceira área sob domínio de um grupo miliciano. Junto com a polícia, todos esses atores produzem e reproduzem violência nesse território. Vislumbra-se da proposição de Souza (2011) que as favelas são territórios materiais e simbólicos de disputa permanente.

---

10 "A transferência do 22º Batalhão de Polícia Militar de Benfica para a Maré foi um evento acompanhado de muitas controvérsias." Tal como um embrião das UPPs sociais "em sua origem a ideia era implementar batalhões comunitários tinha como fundamento o estabelecimento de um novo conceito de patrulhamento comunitário (...) O modelo de funcionamento comunitário do batalhão foi sendo revisto durante a sua construção. Esse batalhão foi o primeiro equipamento desse porte em uma favela do Rio de Janeiro, talvez no país. Cabe salientar que o Batalhão está na Maré, mas sua área de abrangência atende a um conjunto de bairros e favelas da região. (...) Apesar de ter modificado seu modelo inicial, havia uma preocupação da Secretaria de Segurança Pública em estabelecer algum tipo de relacionamento com os moradores. No início de seu funcionamento foi instalada uma sala de informática para fornecer cursos gratuitos e acesso à *internet* aos moradores. O projeto não durou muito tempo, pois não houve adesão por parte dos moradores, que temiam frequentar o batalhão." (SILVA, 2012)

11 Informações retiradas de http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2003-06-29/governo-do-rio-de-janeiro-inaugura-nova-sede-de-batalhao-da-pm-na-linha-vermelha

Figura 1 - Mapa de Milícias/Comando Vermelho/3o Comando

Fonte: Disponível em https://rioonwatch.org.br

A violência faz parte das representações tradicionais sobre as favelas. Para quem mora aqui a Maré também é riqueza da vida cotidiana, é brincar na rua, comércio vasto, rua lotada, soltar pipa na laje, festinha de aniversário das crianças na rua, pegar o botijão de gás e só pagar quando o salário cair e muita solidariedade. Esta última é o que mais me encanta. É tomar conta dos filhos da vizinha para que ela possa trabalhar, ou ir ali por uns “minutinhos”; é dar um quilo de feijão pra vizinha hoje e amanhã quando você precisar, ela terá fermento a sua disposição; é trocar a resistência do chuveiro da casa ao lado sem pedir nada em troca; é ajudar a apagar o incêndio porque sabe que o carro de bombeiros não vem; é subir no poste pra restabelecer a energia do quarteirão “por que a essa hora, Light só amanhã!”; é parar o que está fazendo ao ser chamado pra levar com

seu carro ao hospital o vizinho que está passando mal. É ler a carta que chegou pra o vizinho analfabeto. É tudo isso e muito mais.

Ainda assim, decidi que o tema central dos meus estudos, desde a graduação é a violência policial[12] como estratégia ético-política de continuar re(existindo).

1.2 **Meus (des) encontros**

Estudei em escolas de período integral em bairros de classe média da cidade por alguns bons anos. Outra boa parte da minha vida eu passei também fora da Maré. Conforme já pontuado, a polícia não é presença constante por aqui. Essa é a tônica em todos os espaços favelados da cidade – operações pontuais centradas no uso massivo da força.

Por essas razões, os nossos desencontros. Não foram raras as vezes que cheguei em casa e ouvi "ainda bem que você não estava em casa. Porque hoje o bicho pegou!". Dos encontros, trago as lembranças de todos que ficaram na memória e me marcaram de alguma forma.

> Chegava da escola. Percebi uma aglomeração não usual na Avenida Brasil. Me aproximei e perguntei o que acontecia a uma senhora. Ela não precisou terminar. Escutei os tiros que vinham lá de dentro. Procurei um lugar seguro para nos proteger. Só pude entrar depois de ver os carros de polícia saírem.
>
> Outra vez, ainda na escola recebi a ligação da minha mãe me mandando passar direto para a casa da minha avó. Não daria pra entrar em casa naquele dia.
>
> Começaram os tiros. Estava na casa da minha avó. Foi a primeira vez que vi o caveirão. Aquele carro grande e preto deu um jeito de entrar na pequena viela. O vi de dentro de casa muito próximo ao portão do quintal.

12 O tema foi o investigado em meu TCC (GOMES, 2017), sob o prisma da(re)tomada do território pelas forças armadas, enquanto etapa para a instalação das UPPs, frente ao cerceamento dos direitos fundamentais salvaguardados pela Constituição Federal de 1988.

Um alto-falante professava palavras de baixo calão. Corremos e fechamos todas as portas e janelas rapidamente.

Viramos a esquina e avistamos o caveirão no cruzamento da principal Rua da favela. Voltamos pra casa às pressas. Tudo silencioso por muito tempo. E lá ficou por toda uma tarde. Não houve confrontos, mas ninguém saiu de casa. Só ouviam-se os burburinhos dos vizinhos "o caveirão ainda não saiu de lá".

Bateram na porta de casa pela manhã. Alguns agentes policiais fortemente armados pediram que ela abrisse a porta para entrar. Minha mãe indagou se tinham mandado permitindo a entrada. Ele falou para os colegas cercarem o local até que o mandado chegasse. Depois disso, minha mãe permitiu que eles entrassem. Dois policiais entraram, perguntaram a profissão da minha mãe, olharam rapidamente todos os cantos da casa e foram embora.

Minha mãe foi me buscar após um passeio com meus amigos já tarde da noite. Uma *blitz* parou o táxi que nos deixaria alguns metros a frente. "O que fazem aqui a essa hora?" Perguntou um policial. "Moramos aqui" dizemos apontando para a rua de que dá acesso à nossa casa. "Saiam do carro." Despejaram todo o conteúdo das nossas bolsas no capô do carro e nos fizeram recolhê-los. Revistaram todo o táxi e nos mandaram seguir.

Entraram já estava escuro. Ficaram por toda a noite. O tiroteio foi muito intenso. Saímos dos quartos onde as janelas dão para a rua e colocamos um colchão para minha mãe enquanto eu dormi no sofá. Na verdade, nós mal conseguimos dormir. No dia seguinte não fui para a faculdade, mas era meu primeiro dia no estágio. Lá pelas onze horas da manhã minha mãe saiu para sondar com os vizinhos. "Dá pra sair rapidinho". Marcha rápida, sempre rente às paredes das casas e a atentas às portas que a qualquer momento poderiam virar abrigo. Saí em segurança.

> Chegava em casa quando dei de cara com o caveirão. Corri para me esconder em uma loja de doces. Quando foi possível, corri para casa.
>
> Era o dia da minha colação de grau. Estava no salão de beleza quando escutamos os tiros. De repente surgiu o caveirão. Haviam barricadas que o impediram de ir muito longe. Era um espaço bem pequeno os tiros eram muito próximos. A preferência para se abrigar no banheiro foi de uma mulher que estava com um bebê. Todos os outros se esconderam atrás de cadeiras, lavatório e carrinhos de cabeleireiro.
>
> No ponto de ônibus, de um lado Avenida Brasil. A viatura policial para e pede que todos abram suas bolsas.
>
> No ponto de ônibus, do outro lado da Avenida Brasil, os policiais já estavam parados na calçada quando eu passei. Me pararam. “abre a bolsa! Está carregando alguma droga ai?” Colocaram uma lanterna dentro da bolsa, mexeram a bolsa por fora pra lá e pra cá, fazendo com que os objetos dentro dela se deslocassem, abriram todos os pequenos bolsos e me liberaram.
>
> Estava em casa estudando. O helicóptero passava muito baixo. Muito mesmo. Parecia que ia bater nas construções. Me afastei da janela. Não consegui mais estudar.
>
> Saía para a faculdade. Próximo de atravessar a passarela já próximo de atravessar a passarela da Avenida Brasil me interpelaram. Pediram mais uma vez pra que eu abrisse a bolsa. Dessa vez eu protestei. Foi a primeira e única vez eu tive coragem de protestar. “Não vão abrir minha bolsa! Isso é ilegal! Por um acaso eu estou em alguma atitude suspeita?” Mostrei minha carteirinha. Ele chamou um superior. Houve uma pequena discussão. Fui embora sem que olhassem minha bolsa.

Os relatos acima não são lineares, tampouco cronologizados. Merece especial atenção o último episódio narrado, no qual a reação à violência policial passou pela

apresentação de um documento. Retomaremos esse tipo de situação no terceiro capítulo, ao final do tópico 3.2.

1.3 **Entrevistas**

Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa elaborada através do olhar de atores que estão relacionados diretamente com o fenômeno estudado.

Esta pesquisa tem como interlocutores moradores do complexo da Maré. É através das suas experiências que lancei mão de compreender os desdobramentos da violência policial não letal.

Assim como a violência, o conceito de vítima está longe de ser estático e contém diversos significados de acordo o referencial utilizado. Neste estudo, optou-se por trabalhar com os conceitos de vítima e vitimização, a partir da convergência entre os campos da saúde e criminologia.

Três fases marcaram os estudos sobre a vítima ao longo da história (MAZZUTTI, 2011). A primeira fase, do *protagonismo*, é identificada pela presença de um sistema de justiça privado. O crime é concebido como questão particular que somente incube aos seus titulares. Essa primeira fase foi sucedida pela *neutralização* da vítima. O Estado Moderno reivindica para si o monopólio da violência, supostamente em razão da aplicação objetiva, institucionalizada e imparcial das leis. Com isso, a criminologia tradicional se interessa quase que exclusivamente com a pessoa do infrator. A vítima é considerada mero objeto, passivo, fungível e abstrato. Mais recentemente, temos o *redescobrimento* da vítima no fato crime. A revalorização do papel da vítima, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial[13]. Contudo, sem pretender uma regressão ao horizonte da vingança privada.

Essa nova concepção compreende a vítima de uma forma mais abrangente e interdisciplinar, envolvendo aspectos jurídicos, sociais e psicológicos (MAZZUTTI, 2011). De outra sorte, Kamimura (2009) aponta que esse redirecionamento dos debates a

13 “Os estudos vitimológicos sobrevieram como resposta ao ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial, cuja macrovitimização atingiu não apenas judeus, mas poloneses, ciganos, deficientes, homossexuais, negros; entre outras ‘classes’ eleitas pelo III Reich como indesejáveis, supérfluas” (MAZZUTTI, 2011)

respeito do tema violência não impede a centralidade das medidas de punição e repressão do agressor.

Nessa toada, diversos temas relacionados à vítima passam a ser de interesse acadêmico e objeto de políticas públicas, tais como: a propensão de sujeitos para se converterem em vítimas; variáveis estatísticas da vítima em relação aos delitos; vítima como agente de controle social; justiça restaurativa etc.

A ONU aventa o conceito de vítima na Declaração dos Princípios Básicos de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e do Abuso de Poder, formulados a partir de sua Assembleia (1985),

> "são as pessoas que, individual ou coletivamente, tenham sofrido um prejuízo, nomeadamente um atentado à sua integridade física ou mental, um sofrimento de ordem moral, uma perda material, ou um grave atentado aos seus direitos fundamentais, como consequência de atos ou de omissões violadores das leis penais em vigor em um Estado-membro, incluindo as que proíbem o abuso de poder".

A declaração ainda diz que

> "o termo vítima, inclui, conforme o caso, a família próxima ou as pessoas a cargo da vítima e as pessoas que tenham sofrido um prejuízo ao intervirem para prestar assistência às vítimas em situação de carência ou para impedir a vitimização".

A partir desse conceito, Bueno (2020) distingue as vítimas em diretas e indiretas, sendo que estas últimas fazem parte do círculo de convivência parental ou afetivo daquelas que sofrem diretamente o dano seja ele de ordem física, psicológica, sexual, material ou moral, enquanto Kamimura (2009) traz o conceito de "vítima difusa", referindo-se às pessoas que sofrem os impactos da violência de maneira indiscriminada. As duas últimas definições se inserem num movimento de reconhecimento do alcance das consequências geradas pela violência para além da vítima direta e seu algoz.

Os elementos apresentados são frutos de entrevistas construídos durante duas visitas às casas de integrantes de uma mesma família de uma das favelas que integra o Complexo da Maré no mês de julho de 2022. Foram entrevistados cinco integrantes de uma família, todos com idade acima de 18 anos.

A família foi selecionada com base em 2 critérios: 1 – fazer parte da minha rede de relações pessoais enquanto moradora do Complexo da Maré; 2 – nenhum dos parentes ter vivido violência policial letal.

A realização das entrevistas representam uma parte essencial deste processo. Buscar interlocutores dentro do com o perfil planejado, se mostrou um grande desafio. Não foi uma tarefa simples encontrar famílias que se enquadrassem no segundo requisito, o que por si só já evidencia a forma pela qual o fenômeno da violência se manifesta nessa localidade.

A família selecionada é composta pela mãe, pelo pai, cinco filhos (as) - três mulheres e dois homens - e seis netos (as). Desses seis apenas dois eram maiores de idade.

Foram feitos contatos pessoais prévios, com o intuito de esclarecer o caráter acadêmico e sigiloso do trabalho. Nesta oportunidade, aqueles que demonstraram interesse em participar da pesquisa disponibilizaram seus números de telefone, pelos quais foram contatados posteriormente pelo aplicativo *whatsapp* para o agendamento da entrevista.

Foram entrevistados (as) o pai, a mãe, duas filhas e uma neta que assim serão nomeados. Para diferenciar as filhas, utilizar-se-á os números 1 para a mais velha e 2 para a mais jovem. Cada membro foi entrevistado separadamente por aproximadamente uma hora.

O referencial adotado tomou por parâmetro os primeiros ascendentes da família participantes da pesquisa. Cumpre esclarecer que a filha 1 é mãe da neta e que elas domiciliam-se em residência própria há duas quadras de distância da casa do pai e da mãe.

Todas as entrevistas foram realizadas na residência das participantes, por opção delas, garantindo o conforto e a privacidade necessária para abordar o tema. Foram observadas todas as medidas de segurança devidas em decorrência da pandemia de COVID-19[14].

14 Todo o desenvolvimento dessa pesquisa se deu dentro da excepcionalidade temporal imposta pelo SARS-CoV-2. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia (UNASUS, 2020). Nessa mesma semana, apesar do caos já instalado na Ásia e na Europa, começaram a aparecer os primeiros casos aqui no Brasil. Foi exatamente a semana que tiveram início as atividades desse programa de Mestrado. As aulas foram suspensas por cinco meses, retornaram de forma remota e assim perduraram até o primeiro semestre de 2022. Produzir nesse período não foi uma tarefa fácil. Foram acentuadas drasticamente todas as dificuldades que se esperam em um programa de Pós-Graduação.

Ainda no auge da pandemia, fiz um exercício de aproximação preliminar com o campo proposto pela disciplina de Metodologia, tendo simulado uma primeira entrevista *online* com uma mulher que nasceu na Maré e vivia e trabalhava no território até então[15]. Não obstante o cenário apontasse para uma possível necessidade de se redesenhar os rumos da pesquisa[16], esse exercício foi fundamental para assentar que as ferramentas de entrevista *online* não seriam compatíveis com o objeto pesquisado em razão de não impor barreiras tecnológicas que pudessem inviabilizar o diálogo por um lado, e da delicadeza exigida à abordagem do tema, por outro.

Introduzo na Tabela 1 abaixo os 5 entrevistados:

Tabela 1 - Os 5 entrevistados

	Mãe	**Pai**	**Filha 1**	**Filha 2**	**Neta**
Idade	62 anos	64 anos	42 anos	27 anos	23 anos
Escolaridade	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Completo	Ensino Médio completo	Ensino Superior completo	Ensino Médio completo
Raça	Preta	Pardo	Preta	Preta	Parda
Ocupação	Vende caldos e salgados	Aposentado	Atendente	Monitora de exposição	Desempregada
Lugar de Nascimento	Mudou-se para a Maré na infância	Mudou-se para a Maré na infância	Nasceu na Maré	Nasceu na Maré	Nasceu na Maré

Fonte: A própria autora (2023)

Fui recebida com muita cortesia e amabilidade nas duas residências. Abaixo trago um breve relato do ambiente onde ocorreram as entrevistas[17] e da interação com a rotina das famílias.[18]

A primeira casa, onde entrevistei a mãe, o pai e a filha2 fica no terceiro andar de um prédio de quatro andares. Com o precário sinal de celular e *internet* não consegui ligar

15 Tratou-se pessoa acessível, sem configurar qualquer violação de princípios éticos ou colocar em risco as pessoas envolvidas – tanto a mim enquanto entrevistadora e a ela enquanto entrevistada.
16 O trabalho de campo somente teve início quando o cenário epidemiológico apontou estabilidade dos indicadores precoces da COVID-19.
17 "O ponto central não é a discussão de como proceder para atingir a imparcialidade, mas antes o de explicitar sempre que possível, o modo como foi conduzido o trabalho de campo." (SALEM, 1980)
18 Tentei ao máximo me adaptar à rotina da família ao agendar as entrevistas. Por mais que compartilhássemos nosso local de moradia, a posição de pesquisadora pareceu ser uma figura estranha àquele lar, e era. Reduzir a quebra da rotina me pareceu um importante meio de "camuflagem".

para avisar que já me encontrava no local. Minha voz fez às vezes de campainha e minha presença logo foi anunciada pelos cachorros da residência.

A mãe encontrava-se sozinha e iniciei a conversa com ela na sala, pouco depois fomos interrompidas pela chegada da filha do trabalho, tendo essa se recolhido no quarto. O pai então chegou com o neto mais novo que havia ido buscar na escola, deu um "oi" e tornou a sair de casa. Tão logo nossa conversa foi encerrada a mãe se retirou para dar início à preparação do jantar da família.

Com a mãe na cozinha e o pai fora, realizei a entrevista com a filha2 também na sala. Quando finalizamos, interpelei a filha se seria possível fazer a entrevista com o pai[19]. Ela e a mãe iniciaram então uma pequena busca por ele nos arredores da casa. Elas conseguiram que ele entrasse, se sentasse no sofá e a entrevista foi realizada sem qualquer intercorrência.

Na segunda casa, alguns dias depois, entrevistei a filha1 e a neta. Encontrava-se na casa uma segunda neta que não participou da pesquisa devido à menoridade. As netas ficaram cada qual em um quarto enquanto se desenrolava a entrevista com a filha1 na sala. Em certo ponto a conversa foi rapidamente interrompida pelo *delivery* do almoço. A mesma dinâmica se repetiu quando foi a vez da neta ser entrevistada. Ficamos a sós na sala, enquanto a mãe foi para a cozinha nas suas palavras: "terminar seus afazeres".

As entrevistas foram norteadas pelo roteiro de entrevista (ANEXO 2), ferramenta que auxiliou de sobremaneira a mediação da relação. A fluidez propiciada por esse tipo de questionário vai ao encontro da melhor captação das experiências vividas pelos entrevistados (GOLDEMBERG, 2004).

O roteiro semiestruturado contém perguntas previamente determinados e centrais ao alcance do objetivo de pesquisa, privilegiando a espontaneidade dos interlocutores e conferindo espaço principal às narrativas e os sentidos que o problema de pesquisa poderia a assumir.

A primeira parte do roteiro ficou composta por perguntas que contextualizam o entrevistado. Logo na sequência a pergunta gatilho tem o intuito de entrar paulatinamente no tema e observar o que é possível extrair espontaneamente do/a entrevistado/a.

---

19 Desde o contato inicial havia sido alertada pelos demais integrantes da família que ele possivelmente se mostraria mais resistente a participação na pesquisa, o que se confirmou pela quase objeção em permanecer dentro de casa durante a minha presença. Fez-se pouco visível como se dissesse: "talvez ela se esqueça de mim".

As operações[20] realizadas nas favelas do Jacarezinho e do Complexo da Penha, em 2021 e 2022 respectivamente, serviram de pergunta gatilho por terem sido eventos de grande magnitude e pela proximidade geográfica. O segundo e terceiro blocos de perguntas foram dirigidos à captação das percepções acerca da atuação da polícia no território e da percepção dessa atuação enquanto violência ou não, bem como sua repercussão emocional. O último bloco, com perguntas mais diretas, foi proposto para ser utilizado de forma residual. Em nenhuma das entrevistas considerei necessário entrar nele. Os primeiros blocos de perguntas foram suficientes para deixar que os entrevistados transparecessem suas próprias percepções.

Desde os primeiros esboços da pesquisa resolvi junto com meu orientador abrir mão da gravação. A opção em manter um diálogo informal visou reduzir os riscos de o/a entrevistado/a reter informações importantes.

Em todos os encontros que tive, foi necessário reafirmar muitas vezes o caráter anônimo das informações prestadas, ante a percepção de grande preocupação e incômodo diante da simples possibilidade de terem suas falas registradas. Isso ficou mais evidente, após já ter finalizado a entrevista com a filha 2[21].

> *Porque eles [policiais] podem procurar. Você sabe que se eles procuram, eles acham, né?! Eles descobrem nosso nome, guardam a nossa fisionomia e podem vir procurar, fazer alguma coisa com a gente.*

Fiz algumas anotações de "expressões chave" durante as entrevistas. O registro mais completo foi feito logo após a entrevista assim que chegava em casa. Anotar as expressões e frases que mais me chamavam a atenção ainda durante o diálogo propiciou que eu conectasse tudo aquilo que escutei, revivendo mentalmente cada detalhe das conversas e buscando reproduzir o mais literalmente possível tudo o que vivenciei.

Na pesquisa empírica, tão importante quando o que foi dito, é também aquilo que se expressou através de gestos ou feições. Ou ainda aquilo que simplesmente não foi dito, silenciado ou omitido. (FOUCAULT, 1996).

---

20 Mesmo considerando que em verdade se tratou de uma chacina, ao longo das entrevistas usei, sempre que possível, uma linguagem neutra quando me referi à atuação policial, por entender que a língua possui uma dimensão política (KILOMBA, 2019).

21 Convenciono que, nessa dissertação, relatos de entrevistas aparecerão recuados, em tamanho 12 com fonte em itálico, a fim de diferenciar das referências teóricas.

Considero que o contato direto entre os interlocutores foi fundamental tanto para a captação de pessoas dispostas a participar da pesquisa quanto para a abordagem do tema. Acredito que o maior detalhamento que esse tipo de interação é capaz de suscitar colabora na investigação de sensações e sentimentos das informantes.

A modalidade temática de análise de conteúdo, proposta por Bardin (1977) foi utilizada para orientar a análise das entrevistas.

Nesta senda, foi ferramenta analítica a leitura e interpretação dos discursos colhidos, desmembramentos e reagrupamentos das entrevistas em categorias, segundo tendências analógicas.

1.4 **Aspectos éticos**

Vale notar que dentro de um universo de quase 800 favelas na cidade do Rio de Janeiro, todas elas altamente marcadas pela violência armada cotidiana, a localidade escolhida para desenvolver a pesquisa é também meu local de moradia. Fato que não pode ser dissociado na compreensão dessa pesquisa.

O ideal da objetividade e neutralidade enquanto princípios norteadores da atividade científica orientada à produção de um conhecimento verdadeiro há muito é questionado. Toda pesquisa é permeada por escolhas mais ou menos interessadas, sobretudo se trata de tema que atravessa a minha própria história.

É necessário reconhecer, que essa relação prévia de identificação e confiança foi imprescindível ao tratar do tema e permite uma maior liberdade de expressão na entrevista, um testemunho mais livre de medo, ao passo que a minha proximidade com os episódios narrados se tornou um aspecto de redução da isenção e certa opacidade nas identidades de entrevistadora e pessoa.

Esta mesma proximidade pode gerar certa miopia, uma naturalização de determinados aspectos e até certo enviezamento para aquilo que corrobora às minhas hipóteses iniciais, o que pode configurar uma dificuldade em campo que requer certo afastamento de pré-noções para o entendimento do problema social em tela.

A todo tempo revisitei o “estranhamento” (VELHO, 1981), elemento necessário à análise de categorias na pesquisa feita em locais de familiaridade, longe de ser um ato de alteridade radical, é a constatação das interpretações possíveis.

Manuseio o conceito de "saber localizado" de Donna Haraway (1995) para me situar e situar a perspectiva parcial sobre qual se assenta toda ciência. Malgrado todos os

esforços eivados para horizontalizar a relação, seria impossível e até inócuo renunciar por completo minha posição enquanto mulher periférica, advogada, nascida e criada na favela onde essa pesquisa foi desenvolvida.

A superposição de papeis, em maior ou menor grau, é inerente na relação travada entre interlocutores a depender do tema tratado e das idiossincrasias do entrevistador. (SALEM, 1980)

Afirmo finalmente, que memória desempenhou papel essencial das entrevistas. Sua natureza viva, dinâmica e parcial, incluindo a estrita relação com o esquecimento. Tendo em vista não terem sido utilizados qualquer instrumento de registro imediato dos diálogos a memória operou um duplo papel.

> "É exatamente pela combinação das escolhas narrativas em contraste com o esquecimento (e com o apagamento, distorção, deformações) que se justifica a subjetividade buscada pela oralidade. Por isso, o que se busca é a "versão das situações, as impressões, as imprecisões inevitáveis quando se lida com a memória". (MEIHY, 2020)

Todos os sujeitos tiveram acesso ao TCLE (ANEXO 1), demonstrando total concordância em participar voluntariamente da pesquisa, cientes dos usos científicos e acadêmicos do conteúdo das entrevistas, bem como de seus direitos e dos benefícios e riscos que possam acarretar e garantindo que as informações não seriam utilizadas de nenhuma forma, em seu prejuízo.

2 **QUE VIOLÊNCIA É ESSA?**

A etimologia da palavra "polícia" advém do seu primeiro significado, qual seja, "conjunto de instituições necessárias ao funcionamento e a conservação da cidade-estado". Numa perspectiva historicista, no período da Idade Média o termo guardava relação com a manutenção da ordem civil. A polícia tal como estabelecida nos dias de hoje, surgiu no final do século XIX na Europa e nas Américas, frente as ameaças à ordem estabelecida. (COSTA, 2010).

A instituição da polícia, tendo como principal objetivo o controle da ordem social seria, pois, contraditória *per si,* quando o ideal instituído de sociedade constitui-se enquanto espaço de "convivência harmônica e civilizada e o caráter próprio do controle social, função inerentemente contraditória, àquela perspectiva, em qualquer tipo de sociedade" (COSTA, 2010).

A história das polícias no Brasil, na mesma sorte, demonstra que estas sempre estiveram a serviço da manutenção de um *status quo*, bem como que se (re)definiam pelo Estado em cada período. As polícias brasileiras se constituíram em um processo histórico de militarização umbilicalmente ligada às Forças Armadas. A formação dos policiais é voltada para atuação em guerra e tem borradas as fronteiras entre defesas interna e externa (VALENTE, 2014).

O legado que quase 400 anos de escravidão nos deixaram, aliado aos quase 40 anos de ditaduras da Era Vargas ao período militar, foi uma força policial extremamente autoritária.

A polícia preventiva e ostensiva não foi uma invenção mais recente após o golpe de 1964; desde o Brasil colônia, passando pelo império, há na polícia um setor militarizado. A tendência persiste na égide da Constituição de 1988, onde a polícia mantém estrutura militar e subordinação às forças armadas[22]. As polícias sempre foram treinadas segundo uma lógica bélica e repressiva.

Sobre as raízes da violência no Brasil, da Matta (1982) afirma que ela se associa fundamentalmente à estrutura de poder vigente. A partir de uma visão abrangente da história, é possível compreender os percursos do funcionamento da estrutura de

22 As polícias foram uma das únicas instituições brasileiras que não passaram por uma devida reforma após o fim do regime militar.

dominação no país que envolve, em última análise, um processo complexo que guarda sua idade no desequilíbrio social entre os fortes e os fracos.

2.1 **Números**

Uma das principais forças de manutenção do poder conferido ao Estado é a polícia. Não é a toa que o mandato a ela conferido inclui o monopólio da violência legítima. Segundo dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), no ano de 2019 o numero de homicídios no país atingiu a menor taxa da década. Ao revés, a polícia foi responsável pela morte de 6.351 pessoas em ações registradas como intervenção policial, um aumento de 3,2% em relação ao ano anterior. Essa fatia representa 13,3% do total de mortes violentas registradas no Brasil[23]. Nesse mesmo ano, ao revés, o número de homicídios, ao revés, atingiu a menor taxa da década.

A tendência do aumento se manteve até 2020 e foi acompanhada pela reversão dos números de homicídios obtidos no ano anterior, se obteve um incremento de 1% na taxa de mortalidade por ação policial, com 6.416 ocorrências de mortes. Desde o ano de 2013, quando se passou a efetuar tal contabilização, até 2020, o aumento do número de casos foi na ordem de 190%.

Mesmo o número em mortes absolutas ainda sendo considerado elevado, em 2021pela primeira vez em oito anos a escalada da taxa de mortalidade em intervenções policiais caiu no país. O número foi 4,5% mais baixo do que o registrado no ano anterior.

O Rio de Janeiro tem figurado entre as unidades federativas com a maior taxa de mortalidade por intervenção policial no Brasil e na proporção de Mortes Decorrentes de Intervenção Policial (MDIP) em relação às Mortes Violentas Intencionais, superando o dobro da média nacional em ambos os casos.

À guisa comparativa e dimensional, a polícia estadunidense[24] – que atua sobre o universo de 332,6 milhões de habitantes – vitimou no ano de 2021 o total de 1.056 pessoas[25]. As forças de segurança do estado do Rio de Janeiro, cuja atuação incide sobre

---

23 Trata-se de um doas indicadores utilizados para medir a proporcionalidade do uso da força pelas instituições de segurança. Quando a letalidade policial atinge 10% do número total de mortes violentas, consideram-se extremamente sérios os indícios de execuções e de uso abusivo da força.

24Também considerada violenta e com casos emblemáticos como o de George Floyd que motivou protestos por todo o mundo.

25 “Police ShootingsDatabase 2019”. The Washington Post. Disponível eletronicamente em https://www.washingtonpost.com/graphics/investigations/police-shootings-database/.

população cerca de vinte vezes menor, causou exatas 300 mortes a mais no mesmo período. Em 2020, o Rio de Janeiro teve quase o dobro do número de mortes registradas em São Paulo, o estado mais populoso do Brasil, com 2,7 vezes mais habitantes.

O estado do Rio de Janeiro vem registrando recordes históricos no número desses eventos, o que tem levado especialistas a cogitarem de um processo de "estatização" das mortes de pessoas, na medida em que a polícia é responsável por uma parcela cada vez maior das mortes violentas. (Rede de observatórios de Segurança, Operações policiais no Rio: helicópteros e mortes, 2019).

Na cidade do Rio de Janeiro as forças policiais foram responsáveis por cerca de 40% de todas as mortes violentas registradas em 2019.[26]O ISP também aponta que a letalidade policial está desigualmente distribuída pela cidade. A participação de agentes nas mortes alcança 51% na AISP22[27], área esta responsável pelo patrulhamento dos seguintes bairros Benfica, Bonsucesso, Higienópolis, Manguinhos, Maré e Ramos.

Dados divulgados pelo Observatório da Segurança RJ, da Universidade Cândido Mendes, revelam que desde o primeiro semestre de 2019, houve aprofundamento da escalada bélica contra favelas, com a intensificação de operações e incursões policiais como estratégia de segurança pública e reflexo de decisões políticas[28].

Em meio ao ambiente de insegurança, o governador Wilson Witzel anunciou em setembro de 2019 a intensificação das ações da PM nos meses que se seguiriam e a pretensão em lançar uma cartilha para orientar moradores de áreas conflagradas sobre como agir em dias de operações policiais, como mostrou o jornal o Globo[29].

---

26 "Em 2020 houve registro de MDIP em ao menos 895 municípios brasileiros. A partir deste quadro, foi possível identificar que 50 cidades concentram 55,8% das MDIP. Neste mesmo grupo de cidades, concentra-se 25% da população. Estes cinquenta municípios estão distribuídos em 16 UF (AC, AL, AM, AP, BA, CE, GO, MA, MT, PA, PI, PR, RJ, RN, SE e SP), incluindo suas 16 capitais. O estado do Rio de Janeiro se destaca com 15 municípios na lista." (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2021)

27 "Com o objetivo de aperfeiçoar as ações de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, especificamente a integração do planejamento e a coordenação operacional das organizações policiais, foram criadas, pelo Decreto Estadual nº. 41.930/2009, as Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP) e as Circunscrições Integradas de Segurança Pública (CISP), complementando as esferas da divisão territorial, estabelecida na Resolução SSP nº 263 de 27 de julho de 1999, com a criação das Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP)." Disponível eletronicamente em http://www.ispdados.rj.gov.br/divisaoTerritorial.

28 O crescimento vertiginoso dos números "esteve relacionado ao desmonte de políticas que haviam sido exitosas na redução da letalidade policial (como as UPP's e o sistema de metas) em 2014, a crise socioeconômica de 2015, a intervenção federal em 2018 e a extinção da Secretaria de Segurança Pública em 2019" (HIRATA ET. AL, 2022)

29 Disponível em https://exame.com/brasil/com-tiroteios-frequentes-moradores-de-favelas-do-rio-vivem-rotina-de-medo/

Nesse sentido, uma análise da lógica espacial dos tiroteios envolvendo a polícia — bem como da própria letalidade decorrente de tal fenômeno — revela distintas performances levadas a cabo por essas forças de segurança quanto às suas formas de operar em territórios periféricos.

Em 2020 no Rio de Janeiro registrou uma queda de 31,8% nas mortes por intervenções policiais no Rio de Janeiro. Número que voltou a crescer esse ano no montante de 8,9%.

Um dos fatores que pode explicar essa queda temporária foi o ajuizamento da ADPF 635 no Supremo Tribunal Federal. Em junho de 2020 foi concedida liminar pelo Ministro relator, confirmada no mês seguinte pelo plenário do STF, que dentre diversas outras determinações, limitou operações policiais nas comunidades cariocas enquanto perdurar a pandemia da Covid-19 à situações extraordinárias, que deverão ser justificadas por escrito e comunicadas imediatamente ao Ministério Público do Rio de Janeiro, sob pena de responsabilização civil e criminal.

Em seu voto, o Ministro Edson Fachin explicitou que "caso seja realmente indispensável fazer uma operação ainda durante a pandemia, será necessário tomar cuidados especiais para preservar a saúde dos moradores."

É muito significativo que preservação da vida no Rio de Janeiro tenha se dado com a contenção da ação de agentes da segurança pública em áreas de favela em meio ao contexto de pandemia quando já se apontava há mais de quinze anos a violência vem sendo apontada como problema de saúde pela academia.

Disputa institucional levada a cabo pela polícia, a decisão liminar foi da escala de razoavelmente obedecida, para afronta evidente, passando pela desobediência, tendo seu ponto culminante na Chacina do Jacarezinho, a mais letal do estado ocorrida em maio de 2021. Com isso, o patamar das operações policiais e da letalidade policial superou as condições que deram azo à ADPF, configurando um quadro de agravamento (HIRATA et al., 2021).

Um ano depois, ocorreria a segunda chacina mais letal da história do Rio de Janeiro, agora na Vila Cruzeiro. O que converge ao apontamento do relatório Chacinas Policiais, produzido pelo Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense (Geni/UFF), para o qual o episódio das chacinas recentes não é um caso isolado, senão, um desfecho frequente das operações policiais.

Ao ser questionada sobre as últimas operações no Jacarezinho e na Penha, fui interpelada pela neta da seguinte forma

> *"Vi nas redes sociais os vídeos da chacina. Aquilo na verdade não foi uma operação foi uma chacina" [NETA]*

A Maré é o segundo bairro com a maior quantidade de chacinas (21) e o terceiro em número de mortos em chacinas policiais (112), ficando atrás apenas de Costa Barros e Jacarezinho.

Levantamento feito pela ONG REDES da Maré apontou que o número de operações policiais foi de trinta e nove em 2019 para 16 em 2020, importando em uma redução de 88% da letalidade violenta provocada por agentes do Estado na região das favelas da Maré. Já em 2021, houve um aumento de 25% das operações policiais e 120% nas mortes por intervenção do Estado.

É de se notar que, em contraste com outras localidades, a determinação da ADPF das Favelas apresentou maior efeito na Maré, fato que pode ser explicado pelo histórico de lutas sociais no território.

> *"Até que aqui tem bastante tempo que não tem" [operações policiais] [MÃE].*

> *"Aqui está mais tranquilo ultimamente, essas comunidades aí fora está demais. Todo mundo fala..Vai chegar uma hora que eles vão chegar aqui do mesmo jeito. Quem estiver na rua que se cuide, porque já viu!" [PAI]*

> *"Aqui a atuação também é bem contundente, mas as últimas operações não foram nada perto do que foi no Jacarezinho e no Complexo da Penha. Já tem bastante tempo que a gente não tem operação. As últimas forem operações mais fortes também, mas a gente não teve esse nível de morte e violações."[FILHA 2]*

2.2 **Noções**

Proponho pensar o tema da violência nas linhas de Das (2020), pois a autora discute os processos de violência do Estado a partir da sua dimensão cotidiana quando as histórias da vida se emaranham à violência que interrompe o ordinário, sem deixar de ser

parte do cotidiano. Além disso, sua etnografia da violência horizontaliza a violência de Estado.

Paulo Mesquita Neto (1999) distingue as concepções jurídica, política e sociológica da violência policial. A primeira atribui legalidade aos atos de força e ilegalidade aos atos de violência. A violência se configura no cenário apenas onde a força não relacionada ao cumprimento do dever legal ou é utilizada de forma defesa pela lei. Ao restringir a violência aos usos ilegais e puníveis da força, obscurantizam-se usos considerados ilegítimos ou injustos, mas não ilegais.

O ponto de vista político sociológico, por sua vez, é centrado na legitimidade do uso força e por isso, permeável a usos legais excessivos e desnecessários. Todavia, a carga subjetiva dificulta uma precisa diferenciação entre atos de força e atos de violência. Esta dificuldade elucida em parte o apelo a uma concepção de violência policial baseada no critério da legalidade (NETO, 1999). Em síntese, a violência policial pode assumir 4 faces:

1. Uso da força física contra outra pessoa de forma ilegal, não relacionada ao cumprimento do dever legal ou de forma proibida por Lei;
2. Uso desnecessário ou excessivo da força para resolver pequenos conflitos ou para prender um criminoso de forma ilegítima;
3. Usos irregulares, anormais, escandalosos ou chocantes da força física contra outras pessoas; e
4. Uso de mais força física do que um policial altamente competente consideraria necessário em uma determinada situação.

A respeito da legitimidade[30], Porto (2010), reflete que transformações na sociedade levaram a mudanças nas formas e possibilidades de conceituação de violência. Em seu trabalho, supõe-se que o cenário brasileiro atual passa por uma ressignificação da violência, que vem agindo no sentido de nomear como violência processos que anteriormente eram vistos como práticas costumeiras, vislumbrando em razão disso, a perda da legitimidade dessas mesmas práticas na contemporaneidade. Para ela esse processo passa pela constituição às categorias sociais até então negadas de condição de cidadania.[31]

30 Faz referência às construções teóricas fundadas por de Weber. A noção d e legitimidade associada à noção de monopólio contraposta à escassez.

31 A vinculação entre violência e saúde tem seu embrião na problematização da violência contra crianças e adolescentes por parte da corporação médica. Como resposta à militância feminista, a violência contra a

Essa legitimação da força policial passaria, segundo ela, por, pelo menos, duas perspectivas diferenciadas. De um lado o conteúdo formal e objetivo com a definição legal do papel da polícia. De outro, o conteúdo subjetivo produzido a partir da interação com a sociedade. Essas construções podem convergir ou se afastar.

A socióloga trata a violência por intermédio das representações sociais – sentidos orientados de práticas. Buscar esses sentidos passa necessariamente por conjugar indivíduos, ambiente, estruturas e contexto nos quais se inserem. A construção da categoria violência depende dos valores vigentes.

Concordamos logo, com essa perspectiva analítica, para quem os sentidos da violência não podem se dissociar do campo em que se inserem. Esses dizem respeito mais a um universo de fatos e de representações de como a ordem social é vivida na experiência social concreta e quotidiana dos indivíduos. Tomamos a violência enquanto categoria empírica de manifestação social, logo, dependente dos contextos de onde emerge.

Nesse sentido, interessa perceber em que medida e sob que condições a prerrogativa da força usada por policiais está, enquanto forma de concretização da política de segurança, identificada como fonte legítima de poder pelos que estão sujeitos a ela.

> *"Eles tem que fazer operação mesmo porque a criminalidade está demais. Não posso criticar a polícia*[32] *(...) As operações não afetam a minha vida porque eu não me envolvo com nada" [PAI]*

> *"Temos que mostrar pra eles que somos de família." [FILHA 1]*

A categoria *envolvido-com* foi objeto de análise em pesquisa etnográfica realizada em duas favelas cariocas (CECHETTO, MUNIZ, MONTEIRO, 2018). Acionada como novo modelo de rotulação cada vez mais onipresente nas representações sobre a "criminalidade" e as causas e consequências da violência. Esse modo suspeitoso não se restringe a classificar indivíduos, se interpenetra as relações na intenção de criminalizar

---

mulher é inserida posteriormente. Por último, a violência contra o idoso ganha força na área. (MINAYO, 2006)

32 Compreendemos que a não atuação policial configurar-se-ia uma omissão às suas funções e permitiria que o "crime se alastre".

os vínculos sociais. Com efeito, “ser de família” opera uma distinção frente ao envolvimento como forma de tentar abrir uma brecha nas malhas do controle policial.

As ambivalências sobre o viver no bairro são bastante evidentes. A Maré é ao mesmo tempo:

> *“Minha vivência aqui é boa, nunca tive nenhum problema.” [PAI]*
>
> *“Ninguém mora na comunidade porque quer.” [PAI]*
>
> *“Vivo bem aqui. Aqui está a minha família. Criei todos os meus filhos. Às vezes tenho vontade de sair, mas falta condições, né?”*
>
> *“Vivo bem aqui. Tem bastante comércio, restaurantes, lojas, posto do DETRAN e Clínica da Família.” [F1]*
>
> *“Minha vivência aqui é bem tranquila, poderia ser mais pesada. Quando era menor passava mais tempo. E agora passo menos tempo. Acho que é um lugar que forja minha identidade.” [F2]*

Essas falas indicam tanto um ressentimento em relação às diversas imagens desabonadoras do bairro - a favela é historicamente tida como um espaço em que foram depositados imaginários pejorativos - quanto tentativas de entender o bairro como um lugar de pertença. A cidade e o bairro são, por hora, apropriados enquanto espaços que dão sentido ao cotidiano do morador e ao mesmo tempo, provocam receios e ao que ele tenta organizar para si mesmo como pessoa de bem. Morar na Maré é vestir as oposições de pertencimento, demarcar que se trata de um lugar digno para de se viver, e simultaneamente usar as instrumentações estilísticas e estigmatizantes oferecidas pela cidade e presentes nas suas próprias disputas morais.

A Maré é posta como um lugar de trabalhadores, mas, ao mesmo tempo, ocupa lugar do imaginário perigoso, violento. Nos discursos sobre o próprio lugar de moradia o morador experimenta um sentimento permeado por uma dinâmica de aproximação e repulsa. Na mesma ocasião em que reforça um sentimento de identificação em relação a um local onde décadas ou mesmo toda uma vida construiu suas memórias e vínculos; o/as morador/as afirmam o desejo de sair dali.

Os relatos pareciam a um só tempo orgulho de ser pessoa digna enfatizando seu *status* diferenciado da boa reputação, mas também lamento por sentirem-se desrespeitados/as como pessoas naquele espaço tão vulnerável por abrigar também "gente de todo o tipo" que tem que ser "combatidos".

Lado outro, como muitas vezes os traficantes são parentes, vizinhos ou conhecidos próximos, os moradores desenvolvem um esforço sempre individualizado e pontual para "re-humanizar" ou "re-moralizar" a pessoa em questão.

"Fica claro que a sociedade se constitui mediante acordos, podendo também se fazer pela recusa em reconhecer uma de suas partes como parte integral de si" (Das, 2010).

Se não há consenso sobre o que caracteriza o conjunto de situações de violência nas relações sociais, a divergência se mostra ainda maior no que diz respeito ao grau de tolerância com suas manifestações. Há um grau de tolerância maior conforme seus alvos, e não com o ato violento em si e uma aceitação da violência como instrumento formal da regulação da ordem social. (SILVA, 2012)

Eilbaum e Medeiros (2015) instigadas pela discussão sobre a "violência policial" nas manifestações ocorridas no Rio de Janeiro em 2013, propuseram uma reflexão sobre as possíveis significações dessa categoria na cidade. Comungamos da ideia de que tanto a violência de forma geral quanto a "violência policial" particularizada são categorias nativas, isto é, adquirem seu significado em contextos locais.

Ao sinalizarem sobre o caráter contextual e local da categoria "violência policial", Eilbaum e Medeiros (2015) argumentam que o reconhecimento de uma ação como violência parece depender muito mais do local, do território e do alvo da ação do que da gravidade da agressão.

Em entrevista concedida à Debora Diniz (2016), Fassin[33] ao se afastar do conceito de violência meramente corpórea, acrescenta que situações de violência podem advir da rotineira e concreta aplicação da lei pela polícia porque esta tende a se transmutar na imposição de uma ordem social desigual. Sua perspectiva desafia formas alternativas e dissimuladas de violência policial que não deixam vestígios, são mais frequentes e mais dolorosas do que a violência física.

---

33 Em seu trabalho etnográfico "*Enforcing the order: na ethnography of public policing*" acompanhando unidades policiais em um distrito urbano na região de Paris por um ano e três meses.

Sua perspectiva desafia os seguintes elementos violência psicológica, que abarca humilhação, insulto, *bullying* e ameaça. Nós acrescentamos: xingamentos, invasões de domicílio, destruição de bens, subtrações de pertences, espancamentos, tortura, detenções arbitrárias, assédio sexual, extorsão, busca pessoal indiscriminada, revistas vexatórias e interrogatórios informais.

O "esculacho", por exemplo, foi lido por Pires (2011), como uma categoria sociológica que diz respeito a práticas singulares de desconsideração do indivíduo. Como prática social, ele imprime o rompimento dos horizontes da honra e do respeito, e apontam para a ideia de humilhação.

Ao falar da preocupação que sente de ter um de seus familiares atingidos, a Mãe mobilizou a categoria "covardia", utilizada pela interlocutora para demarcar suas próprias posições de inferioridade numa situação de violência policial.

Hannah Arendt, no texto Da Violência (1985), faz um esforço para distinguir poder, força, vigor, autoridade e violência. Esta última possui relação com todos os demais conceitos, mas não são necessariamente sinônimos

Arendt afirma o caráter instrumental da violência - sempre à procura de orientação e de justificativas pelo fim buscado- e a situa próximo do vigor, uma vez que seus são concebidos e usados para a multiplicação do vigor natural. O vigor é ainda, individual, natural e pertencente ao caráter.

A violência pode ser considerada um instrumento que intensifica o vigor. Nesta senda, apenas os humanos possuem a capacidade de ser violentos, pelo fato de argumentarem. Ou seja, qualquer ato produzido por um animal pode ser considerado agressivo, porém não violento, dado que o animal age por instinto e não é capaz de deliberar e menos ainda de produzir uma forma de intensificar seu vigor físico através de instrumentos.

A força indica forças da natureza ou das circunstâncias. A autoridade aponta para postos de hierarquia. Outro conceito que merece ser explicado para se operar em distinção, é o de agressividade. Ela mostra-se como elemento instintivo do processo vital da espécie. A violência não é nem animalesca nem irracional.

Ainda, para Arendt, a violência pode se originar do ódio. O ódio contudo, não é visto como uma reação automática, irracional, bestial ou patológica. A ausência de emoções não causa nem promove a racionalidade. O oposto do emocional não é o racional, mas o não se sentir sensibilizado. O ódio surge onde há razões para suspeitar que as condições podem ser mudadas. Só reagimos quando o senso de justiça é ofendido.

Fugindo da visão usual, a filósofa não vê a violência como um instrumento intrinsecamente mau, pelo contrário, há situações em que uma ação violenta é aceitável e o único remédio adequado. Em certas circunstâncias a violência equilibra a balança da justiça. Violência só tem sentido quando é reação. Nessa chave, perde a razão de ser quando se converte em princípio de ação. O ódio e a violência são irracionais apenas quando dirigidos contra substitutos.

O eixo estruturante do pensamento de Arendt está na associação entre violência e poder[34]. O poder e a violência, embora fenômenos distintos, são interdependentes. O poder pertence ao grupo e só existe na medida em que o grupo está unido, ou seja, é a capacidade de se agir em conjunto. A violência aparece onde o poder está em perigo ou enquanto desfiguração do poder. A eficácia da violência não depende de números.

A legitimidade, conforme Arendt "baseia-se em um apelo ao passado, enquanto a justificativa diz respeito a um fim que se encontra no futuro." Poder precisa de legitimidade já a violência depende de justificação. Finalmente, Arendt resume a forma extrema de poder "todos contra um" e extrema de violência "uma contra todos".

É possível citar finalmente, Marilena Chauí que, em Ensaio: ética e violência, parte de uma conceituação de moral ao afirmar que uma ação só se considera ética[35] se for consciente, livre e responsável e só será virtuosa se estiver conforme com o bom e o justo. A partir dessas observações, Chauí define algumas características da violência. (PAVIANI, 2016)

> "1) tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3) todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4) todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade define como justas e como um direito; 5) violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações

34 Na leitura de Arendt poder pode ser equiparado a domínio e essência de todo governo.
35 "A ética existe pela e na ação dos sujeitos individuais e sociais, devido às formas de sociabilidade criadas pelas ações humanas em condições históricas determinadas" (PAVIANI, 2016)

> intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror (CHAUÍ, 2011).

Pode-se dizer que a violência policial unifica os conceitos apresentado, pois, ao mesmo tempo que age violando, ferindo e matando, traz à tona os principais elementos apresentados por Chauí e Arendt. A violência policial também age de forma simbólica e nasce no contexto em que o poder em determinados territórios se desmantela.

Foucault cria a noção de biopolítica, processo através do qual, durante a era moderna, a vida natural começa a ser incluída nos mecanismos e nos cálculos do poder estatal. “O homem moderno é um animal cuja política está em questão a sua vida de ser vivente” (FOULCAULT, 1976 apud AGAMBEN, 2010).

O acionamento proposto aqui tem menos uma intenção de comprovar ou refutar algumas dessas teses e mais em como podem ajudar apensar relações entre o Estado e a sociedade, e como, nessas relações, são produzidas intervenções sobre vida e morte.

O que Foucault busca caracterizar é emergência, a partir dos séculos XVII e XVIII, de tecnologias de poder que operam mudanças significativas. O Biopoder define uma nova experiência política, mais precisamente, a da emergência de um governo que incidiria de modo a “fazer viver e deixar morrer”, segundo uma operacionalidade que se ocupada vida em duas dimensões, a do corpo biológico individual e a do corpo coletivo da população.

Trata-se de uma preocupação que emerge e evidencia como o viver e o morrer não se constituem como fenômenos naturais que escapariam ou se manteriam independentes do poder político.

Agamben (2010) a partir da noção de biopolítica localiza “o limiar de modernidade biológica no ponto em que a espécie e o indivíduo enquanto simples corpo vivente torna-se a aposta que está em jogo nas estratégias políticas”. Agamben aventa então, a “vida nua”– o íntimo, simbiótico e opaco entrelaçamento de política e vida. O filósofo entende que a “politização” da vida implicou necessariamente uma nova decisão sobre o ponto além do qual a vida cessa de ser politicamente relevante.

Conforme Agamben, uma das principais características da biopolítica contemporânea é a integração entre medicina e política. Esta integração “implica que a decisão soberana sobre a vida se desloque, de motivações e âmbitos estritamente políticos, para um terreno mais ambíguo”.

Indo além, Agambem articula-se com a obra de Karl Binding e Alfred Hoche. Conforme os autores, existem formas de vida que perderam de tal modo a sua humanidade, tanto por questões biológicas, psicológicas, quanto físicas, que se tornaram "vidas indignas de ser vividas" e, por isso, suscetíveis ao extermínio (BENDING, 1920, apud AGAMBEN, 2010).

A violência policial precisa, para obter seu significado como tal, definir seu alvo. Uma geopolítica dos ilegalismos centrada no controle sobre um determinado território, que recria e modifica acordos e regimes de regulação sobre a vida dos vivos e define diferentes graus de cidadania.

Temos um quadro que remonta à noção, inscrita em Mbembe (2018), da necropolítica como amplo processo de destruição da vida e de criação de "mundos de morte".

A crescente capilaridade do camaronês ganha fôlego principalmente pela necessidade em responder a uma demanda de cunho fortemente político voltada para a compreensão da conformação de diferentes "mundos de morte".

Não se fala de qualquer mundo, mas especificamente daquele ligado à violência policial inscrita nas favelas. Em certo sentido, a dimensão política do termo o coloca em uma constelação próxima a outras categorias como "violência de Estado", "terrorismo de Estado", "massacre" ou "genocídio" — categorias estas acionadas por movimentos sociais para denunciar os alvos preferenciais de tais ações: a população residente em tais territórios (RODRIGUES, 2020).

> *"A operação policial em si é um ato de violência. Quando você é cerceado de algum direito seu, seja de ir e vir ou quando tem uma entrada indesejada e inesperada na sua casa, mesmo que não seja um arrombamento de porta você é obrigada a deixar entrada. Essa coisa do mandado não funciona aqui pra gente que mora na favela. E a própria autoridade, a presença, da truculência é violência." [Filha 2]*

Além da dimensão política, o giro decolonial proposto por Mbembe (2018) tem o mérito epistêmico de demonstrar a insuficiência da "biopolítica" de Foucault, para dar conta das formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder de morte.

Evoca-se a ocupação colonial para explicar a articulação entre novas e velhas tecnologias de dominação e manifestações do exercício do poder. Mbembe argumenta que a essa ocupação tem como essência a apreensão, demarcação, controle, classificação

das pessoas em diferentes categorias e instituição de direitos diferentes para diferentes categorias de pessoas. (MBEMBE, 2018, p.39).

O necropoder opera sobre aqueles que não serão normalizados, os estratos da população que não se encaixam no controle disciplinar e ficam excluídos do controle da coletividade Ele promove, em outras palavras, o exercício cotidiano de eliminar aqueles vistos como não civilizados[36].

A polícia é repetidamente responsabilizada pelos perigos e insegurança que se vivencia naquele cotidiano. Os moradores são muito críticos das frequentes incursões. A presença da polícia nunca esteve associada à garantia da integridade física ou à garantia da segurança.

Ao falarem da polícia os moradores sempre mencionam os riscos que vivenciam em seu cotidiano, a desconfiança de uma política de segurança que não os contempla, em agentes do Estado que não consideram nem protegem sua vida e seus direitos e cuja presença no território se faz sempre contra a integridade física, patrimonial, moral, psicológica, sexual.

> *"Aqui a polícia quase não atua, quando vem aqui acontece de matar muita gente." [Pai]*
>
> *"Quando eles entram, eles entram brabos. É um tiroteio danado. Morre sempre gente. Caveirão pra lá e pra cá". [Mãe]*
>
> *"Me pararam e pediram pra abrir minha bolsa. Sozinha também não tem o que fazer, só vai respondendo o que for te perguntando e fica nervoso porque sabe que pode acontecer qualquer coisa, qualquer injustiça com você e pra desfazer a injustiça é um caminho muito longo pra gente."*
>
> *"Atuação da polícia aqui é fora do normal. Se for pra entrar eles entram, se for pra olhar eles olham, se for pra mexer eles mexem, não tem controle. São eles e eles e a gente que sobreviva."[Filha 1]*

Por outro lado, a violência estatal pode passar por um processo de sublimação, dada sua apresentação enquanto força meramente reativa. O reconhecimento de uma apartação das favelas na cidade e de sua contrapartida, a necessidade de se submeterem à

36 No sentido de Elias (1993).

violência policial, única forma viável de compartilhar o mesmo território com os grupos armados que detém o domínio do território.

> *"Não vem pra fazer operações boas" [Neta]*
>
> *"muitos inocentes pagam o pato, quem não tem nada a ver com isso, mas morre muito inocente." [Pai]*
>
> *"Nem na minha família. Espero também que não tenha (se referindo a homicídio) em nome de Jesus! Que eles venham e fiquem bem distante de nós. Também não tem necessidade, está todo mundo trabalhando. Eles têm que fazer o trabalho deles, sem perturbar." [MÃE]*

Sugerimos que seja conforme as sensibilidades morais movidas que se fará que uma ocorrência repercuta e se transforme, ou não, em um caso de "violência policial".

Opera-se constantemente uma oposição entre "traficantes/bandidos/culpados" e "trabalhadores/pessoas de bem/ inocentes". Passagens como "a maioria aqui é gente que trabalha", que associam esta condição à expectativa de ser respeitado e de ter sua segurança considerada. É a adesão à "ética do trabalho" que habilita o sujeito a ter seus direitos respeitados. Acioná-la para criticar a postura policial sublinha a sua diferenciação em relação àqueles que optaram por se misturar ao "movimento".

Os moradores se distinguem valorativamente dos envolvidos enquanto pessoas que não infringiram a lei, não cometeram crimes e/ou não mantiveram relações consideradas promíscuas com o comércio ilegal de drogas local.

A prerrogativa de ter seus direitos respeitados desse modo, não se estenderia igualmente a todos. Segundo a percepção local, há aqueles que, devido ao envolvimento com o comércio varejista de drogas local, estão sujeitos a se tornarem alvos de abusos.

Dentro dos limites do presente escrito, é pertinente recorrer o conceito de interseccionalidade para refletir acerca dessas vivências e trajetórias dos meus interlocutores. Como propõem Lopes e Jurema Werneck (2000, p.18), foi elaborado por Kimberlé Crenshaw no final da década de 1980 com o objetivo de elucidar como questões de raça e gênero interagem modelando experiências diversas.

> "Um dos aspectos que a interseccionalidade permite destacar é a impossibilidade de se isolar qualquer um dos fatores atuante na vida dos indivíduos e grupos no extremo da marginalização social, seja raça, cor etnia, gênero, classe social" (LOPES, WERNECK, 2010)

Essa perspectiva interseccional colabora para compreender relatos dos interlocutores, nos quais recortes raciais, de gênero e geracionais atravessam os encontros com policiais. Há uma experiência de violação que reverbera entre corpos, espaços e afetos.

> *"Estava trabalhando e eles entraram na aqui em casa, arrombaram a porta. Os vizinhos chamaram minha mãe e minha tia dela. Abriram o guarda-roupa, reviraram as roupas. Se espalharam pela casa, minha mãe ficou com um em um cômodo, minha tia com outro, se dividiram pra acompanhar." [Filha 1]*

> *"Quando tem operação eu deixo sempre minha janela aberta pra eles verem o que está acontecendo dentro de casa" [Filha 1]*

> *"Bateram na casa do vizinho, não tinha ninguém em casa. Pegaram uma escada que o outro vizinho usa pra trabalhar e entraram na casa pela janela do segundo andar que estava aberta" [Filha 1]*

É especialmente significativa a corrosão de limite entre espaços que, em outros cantos da cidade, seriam tomados como privados. A figura da casa como espaço de sossego é um dos mais fortes elementos de hierarquização do racismo. Como nos lembra Bell Hooks (2019), a construção de um lar por pessoas negras é alvo de ataques constantes em sociedades supremacistas, porque no âmago doméstico é que se tramam possibilidades de resistência.

Não à toa a reflexão acadêmica, de modo geral, tem tido seu foco nas questões sobre os homens, notadamente a morte da juventude masculina negra, pobre e favelada[37].

> *"Considero ser projeto de governo. Projeto de higienização. Brasil é um país racista. Política de drogas não é só caça as drogas" [Filha 2]*

37 Em 2020, 79% das pessoas mortas pela polícia eram negras (Fórum Brasileiro de Segurança Pública). Em relação à faixa etária, 76% das vítimas de intervenções policiais no ano de 2020 possuíam entre 0 e 29 anos, com maior prevalência entre jovens de 18 a 24 anos (44,5%).

Para Mbembe a questão da raça é o fundante do Estado Pós-Colonial. É na estrutura racista do Estado moderno que surge e se fortalecem os mecanismos de poder sobre a morte, aos quais ele nomina *Necropolítica***.**

A desproporcionalidade do quesito raça/cor na mortalidade policial é discutida pelos/as pesquisadores/as Sinhoretto e Morais (2018), os quais alocam as relações étnico-raciais como componente indissociável da interpretação dos fenômenos violentos e de seu tratamento institucional (SINHORETTO; MORAIS, 201).

A desigualdade na vivência da violência entre grupos raciais está ligada, historicamente, ao genocídio do povo negro a partir de políticas institucionais racistas que legitimaram situações de maiores vulnerabilidades dos corpos negros à intervenção violenta.

Adaptando a lógica a realidade brasileira, Alves (2011) apreende a favela como um lugar demarcado para o exercício do controle do Estado-força. A periferia se constitui como um espaço para o exercício da soberania. À vista disso, a violência da polícia é, então, uma manifestação da governabilidade por meio da violência do Estado que materializa a necropolítica.

Alves (2011) entende ainda que a favela é tanto produto quanto produzida por processos de violência estatal. E continua, o Estado no uso do seu poder, persiste em utilizar de tecnologias de destruição em espaços que concentram populações da diáspora africana. Averbada pelo Estado e levada a cabo pela polícia, cuja instrumentalização política afirma, reverbera a percepção de desvalorização das suas vidas entre os favelados.

> *"Estava na porta de casa e o agente policial perguntou se não tinha o que fazer e a me mandou ir procurar roupas pra lavar." [Neta]*

> *"Estava na casa do meu namorado dormindo. Nos acordaram com armas e mandaram a gente levantar. Falaram pra eu colar uma blusa e levaram meu namorado pra fora. Não me deixaram ficar perto, nem a mãe dele. Tivemos que ficar na sala, enquanto ele estava lá fora sentado no chão. Pra eles, homem em casa, dormindo, de manhã boa coisa não é." [Neta]*

O arrombamento da porta de uma casa numa favela por policiais é parte de um entrelaçamento territorial, racial e de gênero. Para compreender a capilaridade da presença da polícia nos territórios de favelados, é fundamental lançar um olhar mais

atento para as violências aparentemente menores que atingem mulheres e espaços domésticos.

A ostentação de uma masculinidade militarizada se faz em parte através da subordinação pela morte, mas também pela penetração contínua dos domínios íntimos. O comportamento masculino ostensivo das ações, envolvendo performance de virilidade agressiva, evocam continuamente um universo material e simbólico da violência de gênero como recurso de dominação.

Após encerrar as entrevistas, encontrei ocasionalmente com a Filha 2 na rua e conversamos por alguns poucos minutos. Ela me narrou mais ou menos assim:

> *"Depois que você foi lá em casa falei pra minha irmã e para minha mãe que deixassem o documento da entrevista à vista, em caso de operação policial, de a polícia entrar na nossa casa, podemos mostrá-lo ou só deixar na estante aberto mesmo pra eles poderem ver"[Filha 1]*

Do mesmo modo como um documento foi relevante para me proteger durante uma abordagem policial, tal como mencionado no primeiro capítulo, também o foi para que minha interlocutora se sentisse protegida. Em seguida abordaremos tais artefatos, materializados em normativas.

2.3 **Normativas**

Em Estados democráticos de direito, o uso da força pela polícia tem previsão legal e está condicionado a princípios técnicos e normativos, nacionais e internacionais. Entre os instrumentos internacionais que visam democratizar a atuação das polícias estão o Código de Conduta para Funcionários Encarregados de Fazer Cumprir a Lei; e a Resolução do Oitavo Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Infratores, com destaque aos Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo.

No Brasil, o Código Processo Penal prevê, no seu artigo 284, que "não será permitido o emprego de força, salvo a indispensável. O mesmo é repetido no art. 234 do Código Penal Militar.

Ainda no âmbito interno, a Portaria Interministerial nº 4.226/2010 estabelece diretrizes para o uso da força pelas polícias. No Rio de Janeiro, existem também diversos protocolos que orientam o uso da força pela polícia. Destacam-se o Boletim de Instrução Policial nº 02/08, de 19 de novembro de 2008 e a Instrução Normativa PMERJ/EMG-PM/3 nº 33, datada de 03 de julho de 2015.

Todas essas normativas de um modo ou de outro fazem menção à obediência que os agentes devem guardar aos princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade, moderação e conveniência no exercício da atividade policial.

Subscrevem também a necessidade do uso gradual-progressivo da força pela polícia, enumerando ações que devem ser adotadas pelos agentes antes do emprego da força letal em relação ao agressor.

Rosemberg (2012) num estudo sobre a sociologia da polícia fala em uma "cultura policial" tida como guia, composto de normas informais e tácitas que orientam a ação dos policiais diante das situações que se apresentam, e que opera nos interstícios das rígidas regras organizacionais. Uma "cultura policial" viceja a grande carga de discricionariedade com que contam os policiais de base quando em campo.

Dessa perspectiva normativa do fenômeno da violência policial, emerge uma forma de diferenciar atos legítimos e autorizados por parte de agentes da lei e práticas ilegais, conforme a Tabela 2:

Tabela 2 - Formas legais/ilegais/legítimas/ilegítimas

FORMAS LEGAIS/LEGÍTIMAS	FORMAS ILEGAIS/ILEGÍTIMAS
Uso legítimo da força Concedido pelo Estado aos seus agentes da segurança pública No Brasil, é definido na Constituição federalcomo a preservação da segurança pública e, mais especificamente, da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (art. 144)	**Lesão Corporal / Tortura física**
Busca domiciliar Depende de autorização judicial Exceção em caso de flagrante delito Art. 245, Código de Processo Penal As buscas domiciliares serão executadas de dia, salvo se o morador consentir que se realizem à noite, e, antes de penetrarem na casa, os executores mostrarão e lerão o mandado ao morador, ou a quem o	**Invasão de domicílio**

represente, intimando-o, em seguida, a abrir a porta. § 2o Em caso de desobediência, será arrombada a porta e forçada a entrada. § 3o Recalcitrando o morador, será permitido o emprego de força contra coisas existentes no interior da casa, para o descobrimento do que se procura.	
Autos de resistência "Legítima defesa" amparada no art. 292 do Código de Processo Penal. **"**Se houver, ainda que por parte de terceiros, resistência à prisão em flagrante ou à determinada por autoridade competente, o executor e as pessoas que o auxiliarem poderão usar dos meios necessários para defender-se ou para vencer a resistência, do que tudo se lavrará autossubscrito também por duas testemunhas."	**Homicídio / "Execução"**
Busca pessoal Depende de autorização judicial. Exceção: art. 244 do Código de Processo Penal "Independerá de mandado, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar."	**Revista pessoal indiscriminada**
Policiamento ostensivo Não ocorre no território favelado. O que se verifica é a atividade policial baseada no confronto.	Uso de helicópteros vem tendo sua legalidade questionada pelo Ministério Público Federal.
Interrogatório Sempre na presença de advogado, constituído ou nomeado. Todos os direitos do acusado devem ser expostos de forma clara pelo agente policial.	**Tortura Psicológica**
	Ameaça
	Extorsão

Como veremos a seguir, tortura psicológica, revista policial indiscriminada e invasão de domicílio atingem nossas/os interlocutores.

3 **NARRATIVAS DE UMA FAMÍLIA**

3.1 **Gramática das emoções**

Cláudia Barcellos Rezende e Maria Claudia Coelho traçam em seu livro Antropologia das emoções (2010) uma síntese do processo de construção das emoções como objeto das ciências sociais, dividindo-o em dois grandes momentos.

Num primeiro momento, os estudos denotavam que a capacidade de sentir emoções advinha do equipamento biopsicológico inerente ao ser humano. As autoras prosseguem explicando que essa noção se ancora na tradicional oposição entre corpo e mente[38]. Por conseguinte, os fenômenos associados a eles são divididos em emoção e razão. Nesse modelo de associação entre emoção e corpo, encontram-se tanto as causas quanto as manifestações dos sentimentos.

Capacidade humana cujo desenvolvimento depende de fatores externos, a razão apresentaria variação em diferentes grupos sociais. As emoções, ao contrário, como fenômenos corporais, estariam menos sujeitas à influência externa, sendo menos cambiantes no tempo e no espaço. Nesse modo de pensar, as emoções trariam poucas ou nenhuma marca da cultura, ostentando caráter universal refratário a condicionamentos de natureza sociocultural.

Num segundo momento a visão acima apresentada é problematizada, uma vez que o modo como se vivencia o corpo é sempre mediado pelas formas de pensar cultural e historicamente construídas. Ainda que o aparato biológico e psíquico seja uniforme, as percepções sobre ele não o são, o que conduz a experiências corporais e psicológicas variadas. As emoções são entendidas então, enquanto padrões de ação aprendidos e internalizados desde muito cedo no ambiente social, além de acionadas a depender do contexto.

Os sentimentos são tratados como conceitos culturais que mediam a experiência afetiva justamente porque as próprias subjetividades passam a ser vistas como construções culturais.

---

38 Essa ambivalência carrega uma concepção de superioridade da razão em detrimento da emoção. A razão distingue o ser humano de outras espécies, já as emoções o aproxima.

Outra ideia questionada é aquela que atribui caráter impulsivo às emoções. Levando-se em conta a aprendizagem da expressão dos sentimentos, torna-se difícil encontrar situações em que ela se manifestaria em um estado puro e espontâneo.

Durkheim [39] e Simmel contribuíram significativamente nesse deslocamento. Ainda que tratassem dos sentimentos enquanto reação de ordem interna dos sujeitos, por caminhos próprios, cada qual reconhece sentimentos produzidos socialmente.

Marcel Mauss, por outro lado, se ateve as formas coletivas de expressão dos sentimentos. Ao observar os ritos funerários em comunidades australianas conclui que as expressões orais de sentimentos não são fenômenos exclusivamente fisiológicos, mas fenômenos sociais, despidos de individualidade e marcados por manifestações obrigatórias. (MAUSS, 1950)

Mauss observou gritos e berros que se davam em ocasiões, tempo e condições prefixadas, em diferentes cultos de mortes, apontando para uma significação coletiva bem diferente de uma interjeição despida de sentido. Ato contínuo a cólera, o grupo retornava à rotina, com exceção daqueles familiares "de direito" eleitos como portadores do luto.

O antropólogo ressalta que a natureza obrigatória fica evidenciada pelo fato da dor não ser comum a todos os parentes. Faz-se necessário emiti-los unicamente porque os demais integrantes do grupo compreendem. Mais do que manifestação dos próprios sentimentos, é demonstração aos outros. É essencialmente uma ação simbólica. E ressalva que esse caráter coletivo não prejudica em nada a intensidade dos sentimentos.

No texto Narrativas da Violência: a dimensão micropolítica das emoções Coelho (2009) ventila que o campo da antropologia das emoções conheceu um forte desenvolvimento a partir da década de 1980 nos Estados Unidos, com a publicação de um texto referência de Michelle Rosaldo. Nesse momento se mostra de que modo a cultura (em sua dimensão pública e simbólica) interfere na experiência psicológica dos indivíduos.

Para a autora, o ponto central é "o reconhecimento do fato de que o sentimento sempre recebe sua forma através do pensamento, e de que o pensamento é carregado de sentidos emocionais" (ROSALDO, 1984, 143, apud REZENDE; COELHO, 2010). Em uma tentativa de esclarecer a fronteira entre pensamento e sentimento, Rosaldo sugere que a

---

39 "Durkheim demonstrou que o luto não é a expressão espontânea de emoções individuais." (MAUSS, 1950).

distinção-chave é a forma de envolvimento do self do ator social, extraindo daí sua conhecida formulação do sentimento como um “pensamento incorporado passado pela preocupação de que 'eu estou envolvido' ” (ROSALDO, 1984, p. 143, apud REZENDE; COELHO, 2010).

Rosaldo conclui então pela afirmação de que os sentimentos são práticas sociais, estruturadas pelas formas de compreensão e concepção do corpo, do afeto e da pessoa, estas por sua vez culturalmente definidas.

Seguindo esse mapeamento, a partir da leitura de Catherine Lutz e Lila Abu-Lughod, as pesquisadoras apresentam as principais vertentes teóricas que fizeram da emoção um objeto de pesquisa: o “essencialismo”, o “historicismo” e o “relativismo”. Lutz e Abu-Lughod propõe uma quarta perspectiva: o “contextualismo”.

O essencialismo é predominante nos estudos psicanalíticos e se apoiam na premissa de que as emoções teriam um substrato natural e inato. As autoras tecem uma crítica aqui na medida em que visualizam nela uma reificação das emoções. Pela convicção de que as emoções são fatos universais, brotando do íntimo da experiência individual e refratárias a qualquer configuração sociocultural.

O relativismo e o historicismo compartilham um juízo de construção cultural das emoções e se particularizam no escrutínio temporal do qual se vale o historicismo, ao passo que o relativismo recorre à comparação entre as culturas contemporâneas ao conduzir suas análises. O relativismo rompe a crença na existência de qualquer aspecto essencial nas emoções, que seriam construtos culturais de natureza evidentemente variável. O historicismo, que compartilharia com o relativismo a convicção de que as emoções são construtos culturais, entende-as de uma perspectiva diacrônica.

O contextualismo inova ao ter como pano de fundo a noção foucaultiana do discurso, onde o real não existe a priori, mas se constrói a partir do que se diz sobre ele. Por essa lógica, as emoções existiriam apenas imersas em um contexto e numa perspectiva sempre relacional entre os interlocutores, relação subjacente e a referida emoção.

A preocupação dessa abordagem é ao mesmo tempo mostrar como o próprio significado das emoções pode variar dentro de um mesmo grupo social a depender das circunstâncias, e atentar para as consequências da expressão dos sentimentos nas relações de poder.

Ressalta a dimensão micropolítica dos sentimentos, mostrando como as emoções são tributárias de relações de poder entre grupos sociais, servindo simultaneamente para expressar e reforçar tais relações.

> "É nesse sentido que se pode falar de uma 'micropolítica da emoção', ou seja, de sua capacidade para dramatizar, reforçar ou alterar as macrorrelações sociais que emolduram as relações interpessoais nas quais emerge a experiência emocional individual. É assim então, que as emoções surgem perpassadas por relações de poder, estruturas hierárquicas ou igualitárias e concepções de moralidade" (REZENDE; COELHO, 2010).

Conforme veremos a seguir na análise de alguns sentimentos específicos, dramas e hierarquias percorrem as narrativas dos interlocutores.

3.2 **Medo**

Brandão (2005) ao analisar a obra de Norbert Elias discorre que em O processo civilizador, Elias utiliza a palavra medo em dois sentidos. O primeiro deles significa pavor, terror. Já o segundo significa angústia em relação ao desconhecido.

Quando analisa a sociedade feudal, Elias usa a palavra medo no primeiro sentido, ou seja, medo imediato das ações de outros homens, medo de sofrer violência física imediata, pavor, terror. Ao analisar a ascensão da burguesia, o medo adquire o sentido de um tipo de angústia em relação ao porvir. (BRANDÃO, 2005)

Seguindo sua análise, no livro Envolvimento e distanciamento, Elias relaciona a intensidade do medo com o nível de conhecimento do homem sobre o elemento causador do medo, chamando essa relação de "processo crítico". Ao inserir-se progressivamente na estrutura mental e psicológica do indivíduo, essa relação passa a fazer parte do seu aparelho coercitivo (BRANDÃO, 2005).

Rezende e Coelho (2010) lêem o Processo Civilizador[40] de Norbert Elias da seguinte forma: o medo é o canal estratégico de transmissão de valores e normas ao indivíduo. Incutir medo – seja através de punições, ameaças, ou mecanismos menos explícitos – faz com que as estruturas sociais sejam internalizadas e adotados como atitudes pessoais. Embora se aplique a ideia da universalidade à experiência do medo, ele

40 Não podemos nos esquecer de que, para Elias, o processo de civilização é um processo de longa duração, sem direção definida a priori passível de sofrer retrocessos.

adquire configurações sociais distintas ao longo da história. As formas pelas quais cada grupo dará vida a essa capacidade é fruto das circunstâncias culturais e sociais.

Na mesma esteira, Rezende e Coelho (2010) recuperam a trajetória histórica - social do medo no ocidente entre os séculos XIV e XIX feita por Delumeau. Até o século XVI o medo era pouquíssimo explorado e usualmente atribuído ao povo em contraponto à coragem de nobres e cavaleiros, razão da sujeição daqueles. A Revolução Francesa inverte essa equação, o medo segue camuflado e passa a se exaltar o heroísmo dos humildes. Somente durante o século XIX essa literatura passa a se preocupar abertamente com medo[41].

Sua análise atravessa a ideia de um inconsciente coletivo. Para ele o medo decorre de uma necessidade de segurança que está na base da própria "afetividade e da moral humanas" (DELUMEAU, 1989, 19 apud REZENDE; COELHO, 2010), de forma que tanto os indivíduos quanto a coletividade constroem suas seguranças e temores em função de laços sociais significativos.

Delumeau tece uma diferenciação entre medo e a angústia, outrora confundidos pela psicologia clássica. O temor, o espanto, o pavor ou o terror, devem ser considerados como medo; já os sentimentos de inquietação, de ansiedade e de melancolia, devem ser considerados como angústia. A diferença está em que o medo possui um objeto determinado. Já a angústia não conhece esse objeto, sendo vivida como uma espera dolorosa diante de um perigo tanto mais temível quanto menos claramente identificado (DELUMEAU, 1989). Veremos como a insegurança atravessou essa pesquisa no próximo tópico.

Seja em Elias ou em Delumeau, o sentimento do medo é visto como um potencial universal que esteve associado às noções de perigo e risco que ameaçam o indivíduo, noções essas que são construtos históricos e suas figurações sociais específicas em que o medo torna-se uma resposta socialmente regrada a situações percebidas como ameaçadoras.

Diferentemente do que ensinam Elias e Delumeau, Sousa (2006) nos ajuda a compreender o conceito de medo a partir da obra de Mauro Guilherme Koury. Os medos nesse horizonte apontam para uma ação que é construída cotidianamente na interação

41 No Brasil, as emoções já apareciam nas obras de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Roberto Da Matta sobre a construção da identidade nacional, vindo constituir-se enquanto campo de estudos autônomo na metade da década de 1990. (KOURY, 2009, 2014)

entre os indivíduos. Os medos aparecem como emoção que compõe uma cultura emotiva, e são também produzidos, mas não determinado por ela, em um processo dialético, relacional e sempre aberto.

Um processo de incorporação do medo e da insegurança como componente fundamental da existência cotidiana é apresentado por esses autores. Paradoxalmente, o medo contribui para as representações de insegurança que justificam ações de caráter repressivo (PORTO, 2010).

Diante desse suposto estado de crise e ameaça da ordem coletiva, a estética do medo, sobretudo direcionada aos segmentos médios da população faz urgir uma necessidade de reação. Aqui talvez resida um evidente exemplo do encontro entre representação, construção de problemas públicos e políticas de intervenção.

Essa percepção não é necessariamente resultado direto da exposição à violência, mas resulta também de uma série de mediações, dentre as quais o papel da mídia merece destaque. Nos meios de comunicação de massa, esses discursos ganham amplitude e consolidam-se como uma cultura do medo que permeia a vida de relações na cidade.

Em trabalho onde buscou analisar a influência da TV na formação de um imaginário sobre a cidade do Rio de Janeiro, Egler (1995) chegou a resultados semelhantes. A autora concluiu que nos telejornais locais que analisou, se constrói um olhar que penaliza as classes populares. Isso se evidenciaria seja pela violência, cuja origem busca-se vincular diretamente às favelas.

Com efeito, a categorização dos espaços da cidade entre “lugares seguros” e “lugares violentos” possui um corte principal e inevitável do ponto de vista de sua representação social: qualquer lugar que seja uma favela é tomado como lugar violento.

A representação das favelas como uma espécie de subcultura, nada tem de recente (VALLADARES, 2005) que historicamente estiveram associados à malandragem, à vadiagem e a dispersão de epidemias. O que parece novo é que agora não se trata de basear este entendimento, como antes, na desorganização social e no atraso cultural dessas localidades, mas de associá-las diretamente à criminalidade violenta.

A eliminação de um pressupõe a eliminação do Outro. Para combatê-los não deve haver economia material ou discursiva, haja vista que é o próprio excesso que garante o sucesso das tecnologias de terror. Ou que, em uma evocação animalizante e desumanizadora, devem ser abatidos. Fardas com imagens de caveira; blindados que entram nos territórios favelados anunciando lexo de morte; helicópteros dão voos rasantes rentes às casas com *snipers* a bordo.

Em sua análise sobre crimes hediondos, Clatz (1988) discute as motivações das pessoas que cometem crimes marcados por uma enorme desproporção das agressões. O foco de sua análise é a dinâmica emocional desse tipo de agressão, cujo cerne estaria na emergência de uma "ira santa", capaz de autorizar um massacre aos olhos do agressor. Para este, a vítima desafia, com suas atitudes, princípios fundamentais na visão de mundo do agressor (REZENDE; COELHO, 2010).

Voltando à definição de medo, Delumeau (2009) caminha para uma diferenciação dos tipos de medo, das diferentes maneiras que eles são compartilhados e como são sentidos. São eles: o medo refletido, conduzido por conselheiros espirituais da coletividade; medo espontâneo, sentidos por amplas frações da população; medos permanentes, compartilhados por indivíduos pertencentes a todas as categorias sociais; e os medos cíclicos, que podem atingir a totalidade da população (ex.: pestes), ou perturbar apenas uma parcela (ex.: fome).

Já Koury (2006) situa a definição de medo a partir da visão dos moradores da cidade de João Pessoa e aponta três categorias de medo: falta de segurança pessoal ou familiar; falta de confiança em si ou receio de errar; e, falta de fé. Interessa-se para este artigo a primeira categoria Falta de Segurança Pessoal ou Familiar.

Em relação ao fato de sentir medo, foi unanimidade em relação a todos os integrantes da família. Salienta-se que o medo aqui surge como um sinônimo de insegurança. Há uma sensação de risco percebida pelos moradores. A ideia de risco está ligada aos perigos futuros de uma determinada ação (social ou individual), por isso não deixa de ter relação com a ideia de medo.

Ao serem perguntados que pensamentos, sentimentos e sensações os encontros com a polícia despertavam, o medo foi sempre o primeiro e imediatamente dito. Em verdade, foi o único sentimento expressado de forma direta. Para meus interlocutores, a violência faz parte do cotidiano de forma corriqueira, e o medo, surgiu como um dos ecos mais significativos.

> *"A gente fica com muito medo e preocupado. Com as pessoas e com a nossa família principalmente. Medo da polícia querer fazer alguma covardia[42]." [Mãe]*

42 Mais pra frente da entrevista ela repete a palavra covardia e dá sentidos a ela "*Conheço muitas pessoas aqui que a polícia faz covardia, entra na casa, quebra tudo, bate. Eu nunca vi, mas as pessoas falam "entrou na casa lá, furou o filho da fulana."*

> *“Eles entram pra matar. Não vem pra fazer operações boas, normais que as pessoas não tenham medo”. [Neta]*

> *“Estava na casa do meu namorado e os policiais entraram e acordaram todos nós. Falaram pra eu colar uma blusa, levaram meu namorado pra fora e não deixaram a gente ficar perto. Tivemos que ficar na sala, enquanto ele estava lá fora sentado no chão. Não acharam nada, não tinha nada na casa, mas pra eles, homem em casa, dormindo, de manhã. Fizeram um interrogatório e foram embora. Fiquei com muito medo, mesmo não tendo nada, de eles plantarem”. [Neta]*

> *“Por mais que eu more aqui desde que nasci, mas nunca estou sem o medo.” [Filha 1]*

Aqueles que são forçados a enfrentar a dramatização do excesso de violência percorrem rapidamente, uma escala que, segundo Elsa Blair (2004), vai do pânico ao terror: O horror bloqueia o instinto de fuga. Depois, há o pavor que desgasta os nervos quando a violência está além do limite do concebível. E, finalmente, o terror é o grau máximo de medo.

O que importa não é tanto a definição de cada um desses termos, o que chama atenção é um vínculo dessa família em torno de uma vulnerabilidade comum. Isto se torna ainda mais relevante se não reduzirmos a violência à sua manifestação material direta, mas ligada a diferentes estruturas de dominação que condicionam a própria vida social.

> *“Fico insegura de ir na padaria, de olhar para o policial.”[Neta]*

> *"Mesmo estando dentro de casa a gente sente medo. Teme por si e pelas pessoas, da nossa família que pode estar do lado de fora. A gente mora aqui há muito tempo então é sempre o filho de alguém ou é alguém que a gente conhece, um vizinho. A gente fica muito refém dos temores que a operação causa.” [Filha 2]*

A propagação do medo se dá também pela circulação de histórias e boatos. Os atores da violência produzem estados afetivos sociais úteis para seus exercícios de dominação. O efeito da mensagem é a produção de uma ordem baseada no medo que produz significados com os quais indivíduos dão sentido à experiência violenta.

É interessante perceber que os medos advindos de uma forma de proteção contra o perigo real alimentam os medos advindos das representações mentais, isto é, escutar falar da violência, ter proximidade com ela, ver alguém ser vítima de violência eleva a sensação de medo e insegurança.

Zapata e Romero (2019) ensinam ainda, que Corey Robin em seu estudo sobre o medo como ideia política, aponta que o medo deve ser pensado no contexto de sua produção, pois assume sempre uma relação de poder que o produz e para a qual é funcional. Ao se criar uma instabilidade através do medo, se garante o status quo, perpetuando os privilégios de alguns. Se organizar em torno do medo como afeto, funda uma ordem social assimétrica.

Os exercícios de soberanias disputadas podem ser lidos, dessa forma, como lutas para determinar quem tem autoridade para ser o produtor do medo. Trata-se de uma produção de precariedade (BUTLER, 1997). O que dá poder simbólico aos atores violentos é a reprodução constante da assimetria.

> *"A gente fica insegura, com medo quando tem operação. De entrarem, fazerem perguntas. Já me perguntam quem é fulano, de quem era o carro que estava parado na rua. Quando eu falei que não sabia, eles replicaram 'como você não sabe, se você mora aí?' E são meios rígidos, como se a gente tivesse que dar a informação. A gente tem que ficar calado porque moramos aqui e a polícia não traz nenhuma segurança, pelo contrário, deixam a gente com mais medo." [Filha 1]*

> *"Aqui tem regras, e eles pensam que todo mundo está acobertando, mas a gente não pode falar muito de nada. A gente só mora aqui" [Neta]*

> *"Pediram para entrar aqui em casa, eu permiti. Entraram em todos os cômodos. Perguntaram aonde ficava a feira, eu inocente, respondi dia e local, mas ele também não levou por outro lado. Posteriormente comentando com uma vizinha fiquei sabendo que o termo feira faz referência ao local onde seriam comercializadas drogas."[Filha 1]*

> *"Não deixam nem a gente se explicar. Tem que ficar calado porque se falar alguma coisa querem agredir, querem te levar, se tiver algum dinheiro eles tomam. Tem que aceitar tudo e ficar calado" [Pai]*

> *A gente fica assustado, não sabe muito bem o que fazer. A gente pensa, mas na hora a gente não sabe muito bem o que fazer. São gatilhos, você é uma pessoa preta, saindo de uma favela, a gente é um alvo. Sozinha também não tem o que fazer, só vai respondendo o que for te perguntando e fica nervoso porque sabe que pode acontecer qualquer coisa, qualquer injustiça com você e pra desfazer a injustiça é um caminho muito longo pra gente. [Filha 2]*

O medo também se manifesta no silêncio. As operações em torno do dizer ou não, são compostas de elipses, alegorias, gestos, ambivalências de grande capacidade expressiva[43].

A "acomodação pragmática" exige que cada um dos habitantes, no contexto de violência armada em que vivem, meça milimetricamente suas palavras. Aqui, chama a atenção o fato de que o silêncio constitui um dispositivo de defesa. Não há como se opor às "solicitações". A disparidade de forças e os riscos envolvidos não lhes permitem confrontá-los abertamente. Ainda nesta lógica argumentativa se apresenta o medo de se encontrar em uma situação que provoque suspeitas por parte das forças policiais.

O esquecimento é matéria encarregada não apenas do trabalho do tempo, silenciar também pode ser encarado condição fundamental de refazer tanto a vida coletiva quanto as vidas individuais, protegendo não só os corpos, mas também os laços de afeto. No decorrer das conversas, ao mesmo tempo em que lembram e discorrem sobre os episódios de violência que os marcaram, os entrevistados parecem querer um tanto quanto se afastar daquelas lembranças.

O silêncio opera na negação. O medo, tal como é experimentado por esses agentes, não se revela apenas nas práticas defensivas, como o ato de "deixar as janelas abertas", mas inclusive na denegação da violência.

Ao serem perguntados diretamente se consideravam ter sofrido violência policial, a única que respondeu afirmativamente foi a filha mais nova, malgrado todas as experiências narradas. A crise aparece mais aguda pela emergência do medo à vitimização. Em muitos casos, a impossibilidade plena da revelação da palavra na esfera pública, fala sob silêncio como tática de preservação da vida.

A maior parte dos relatos aqui citados vêm de mulheres. Repisa-se que uma discussão mais aprofundada sobre questões de gênero não vem ao caso aqui, vale a pena sinalizar o que Cavalcanti (2008) já sinalizava, ao menos no que diz respeito a manifestar

---

43 A "lei do silêncio" também surgiu como referência à ação dos grupos armados com domínio do território. Todavia, por não ser o objetivo do presente trabalho a análise dessa expressão de violência voltei o foco para a atividade policial.

suas opiniões diante de uma pesquisadora mulher, os homens tendem a minimizar o medo da violência na comunidade.

Conforme apontado por Rezende e Coelho (2010) a expressão dos sentimentos é vista como um domínio sujeito às regras sociais que regulam quando, como e para quem manifestar emoções. Trata-se da dimensão pública das emoções.

Elias (1993) coloca para a experiência das emoções a ideia de que o sujeito deva ter um autocontrole emotivo. A crescente diferenciação das funções sociais gerou uma maior interdependência entre as pessoas. Como consequência, o comportamento de cada indivíduo passou a ser ajustado em relação aos outros, criando a necessidade de um controle de si mais uniforme e estável. A preocupação com a consequência de cada ato tornou-se um elemento constante das interações, reforçando a exigência de se manter um autocontrole.

Se, nos séculos anteriores, a fonte de controle do comportamento vinha de fora, geralmente ditada pelas classes superiores, gradualmente se desenvolveu um autocontrole internalizado e automatizado que leva a moderação dos afetos.

3.3 **Outras emoções**

> *"Fico preocupada porque a qualquer momento se a polícia cismar de entrar aqui, a gente tem que se proteger." [F1]*

> *"Sempre tem impacto na minha vida. Desde retirada do direito de ir e vir e vai para um lado psicológico também. A gente acaba tendo receio, preocupação." [Filha 2]*

> *"Sempre aflito. São sentimentos que a gente tenta neutralizar, porque ao mesmo tempo a gente já passou por isso outras vezes, mas não é uma coisa que a gente consiga naturalizar e também nem deve naturalizar. Isso vai gerando acúmulos. Então, qualquer tiro ou fogos que a gente escute é um gatilho pra gente."[Filha 2]*

Todos relataram que a vivência no território é boa. Ao mesmo tempo expõe um estado de vigília, de tenção e atenção permanentes que pairam no ar. Para Freitas (2003) o clima de suspeição é uma das características centrais de uma realidade social sob o domínio da violência.

Os as incursões e tiroteios podem acontecer em qualquer dia e horário. É comum pessoas serem pegas de surpresa no caminho entre suas casas e locais de trabalho. Estar em constante expectativa de uma nova ocorrência acaba desestabilizando a todos. É preciso estar sempre alerta à espera de novos confrontos.

Estamos falando de uma família que embora não tenha histórico de violência letal, seus membros se percebem como vítimas atuais ou potenciais, ou como muito próximos dela. Nos relatos os moradores fazem referência a um poder arbitrário, quase ilimitado, que interfere de fora, em relação ao qual não dispõem de recursos para se contrapor e sobre o qual não detém nenhuma ingerência.

Neste sentido, para esses moradores comuns a violência policial é inapelável, incontrolável, espasmódica e intermitente. Em outras palavras, a presença desses atores nas favelas é um elemento do cotidiano; mas quando, onde e como sua atuação interferirá na vida dos moradores comuns é imprevisível.

A crueldade opera como um forte mecanismo de controle social. Sua eficiência é determinada pela produção de incerteza. A dificuldade de antever os confrontos gera apreensão. O cotidiano tem sido alterado e vivido em sobressaltos.

A hipótese aqui desenvolvida é a de que a sempre presente possibilidade de irrupção de um tiroteio constitui um elemento estruturante da vida cotidiana numa favela – seja por constituir uma das principais preocupações manifestas de seus habitantes, seja por afetar sua mobilidade.

A constante iminência de tiroteios produz uma temporalidade concretamente experimentada de antecipação, como uma quase espera pela próxima ocorrência. Assim, a temporalidade do conflito se estende para o futuro: moradores sabem que o próximo episódio ocorrerá inevitavelmente. O fato é que quando os tiroteios irrompem, pegam a maior parte dos moradores de surpresa.

Nesse sentido, o tiroteio torna visível como as acomodações são precárias e provisórias. Em outras palavras, esse evento constitui o espaço da favela enquanto territorialidade produzida pela "sociabilidade violenta"[44] – que é, por sua vez, uma dentre muitas territorialidades que a definem e constituem enquanto espaço social (CAVALCANTI, 2008).

---

44 O conceito de "sociabilidade violenta", desenvolvido por Machado da Silva (2007) para dar conta de como a força vem se tornando um princípio de interação e regulação das relações sociais.

O acúmulo de episódios experimentados em primeira mão, pela mídia ou por boatos, são constantemente ressignificados e reelaborados. O fato é que viver em um lugar no qual a violência está na porta de casa – expressão das mais recorrentes na Maré – parece tornar mais concretos os relatos da "violência" em outras áreas da cidade, em um movimento de reforço contínuo da percepção de se viver em um mundo perigoso.

Ao mesmo tempo fica aparente a elaboração de rotinas suficientemente estabilizadas, capazes de incorporar a possibilidade de prosseguir em situações extraordinárias, e não como bloqueio. A "naturalização" pode também ser percebida como uma forma de engendrar no próprio dia a dia uma estratégia de proteção.

A relação dessa família com a polícia é marcada pelo signo da desconfiança. Não há como confiar em uma política de segurança que não os contempla, em agentes do Estado não consideram nem protegem sua vida e seus direitos e cuja presença no território se faz sempre contra a integridade física, moral e patrimonial dos moradores em geral. Demonstra-se uma aversão aos procedimentos típicos da atuação institucional da polícia.

A abordagem policial também restringe a mobilidade, já que é operada a partir da criminalização dos moradores utilizando-se de abordagens de suspeição.

Regimes de mobilidades são compostos de múltiplas práticas normativas que determinam "quem e o que pode ser mover, ou ficar imóvel, quando, onde, como, sob quais condições e com quais significados" (SHELLER, 2018 apud MANO, 2009, p. 3). Explorar a abrangência discursiva desses sistemas de regulação de mobilidades de pessoas é um modo de evidenciar as desigualdades presentes em deslocamentos cotidianos.

Possibilidades de encontro e interação são fundamentais componentes da experiência urbana. Práticas de governo que afetam a mobilidade dos corpos podem ser compreendidas como formas de confinamento e estigmatização, na medida em que ela se estabelecem parâmetros que definem para o indivíduo um "lugar" na cidade.

O sentimento de humilhação apresentaria cinco características. A primeira é a sua dimensão pública, ou seja, sentimo-nos humilhados diante do outro – não exige a presença física para tanto, basta a consciência de sua experiência – o sentimento vem de fora pra dentro e acarreta a perda do controle da identidade. Na humilhação produz um alguém inferiorizado diante de todos (REZENDE; COELHO, 2010).

Gostaria que rememorássemos as falas em que os integrantes dessa tentam se qualificar enquanto trabalhadores se diferenciando dos "envolvidos". Essas falas trazem

um misto de desprezo e compaixão[45]. Sentimentos que surgiram durante as interações em relação aos grupos com domínio de território, embora não seja o foco principal da pesquisa podemos traçar um paralelo com a violência policial.

Em seu livro Miller (1997) defende que o conflito emocional gerado pelo desprezo ocorre devido à contradição entre a crença na igualdade fundamental entre todos os seres humanos a emergência de um sentimento que é em si mesmo um atestado de existência e/ou a reivindicação de hierarquia (REZENDE; COELHO, 2010).

O desprezo é um sentimento que emerge em relações hierárquicas. Nas sociedades tradicionais, a modalidade de desprezo, nas palavras de Miller, dá-se "desprezo para baixo", voltado por quem ocupa as posições superiores para àqueles em situação de inferioridade. As sociedades modernas criaram a possibilidade de uma outra modalidade de desprezo: "o desprezo pra cima" devotado por aqueles que ocupam posições socialmente desvalorizadas àqueles detentores de status mais elevado.

Miller faz essa reflexão pensando na relação entre trabalhadores manuais e intelectuais. Podemos pensar na relação entre moradores e polícia, notadamente no que diz respeito a demonstração de força. Surge assim outra função micropolítica do desprezo, a contestação da hierarquia. É assim que Miller conclui a instauração da possibilidade dos desprezos mútuos configura uma conquista fundamental dos regimes democráticos, em uma espécie de socioeconomia emocional da igualdade (REZENDE; COELHO, 2010).

Um último ponto levantado faz menção à impunidade, descrença e à dificuldade de formular reivindicações. Casos de violação dificilmente obtêm repercussão ou averiguação e ainda mais remota é a possibilidade de provocar a adoção de medidas efetivas para controlar o excesso de violência que esses agentes empregam.

Trata-se da produção de um sentimento de descrédito nos aparelhos da justiça. Esta violência estaria, assim, alimentada pela certeza da impunidade engendrada nas tramas entre o vazio da lei e a "lei" como expressão dos interesses dos mais fortes. A impunidade, neste caso, vira a regra e expressão acabada de banalização.

---

45 A análise de Clarck (1997) nos Estados Unidos contemporâneos fornece uma pista para compreendermos sobre as regras que governam o dar e receber compaixão, mostrando a centralidade do critério da responsabilidade pelo infortúnio. Quando o sujeito é percebido pelo outro como responsável pelo cometimento ou, pelo menos, provocação de determinado ato, seu status como merecedor de compaixão é diminuído; quando o infortúnio é atribuído ao acaso ou a outrem, as chances de suscitar compaixão no outro aumentam sensivelmente. Clark sugere ainda, que a ampla divulgação do olhar das ciências humanas e sociais teria levado a um alargamento do campo das atenuantes. É assim que um agressor pode ser desculpado por seus atos e se for representado como produto de circunstâncias socioeconômicas desfavoráveis (REZENDE; COELHO, 2010).

A percepção dessa impunidade como regra, resultante da ação omissa ou comprometida do Estado ou pela suspeição de que são os órgãos oficiais de segurança pública diretamente responsáveis pelas principais práticas de violência, amplia o sentimento de desamparo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os homicídios no Brasil representam um grave problema social e de saúde pública. O número de vítimas diretas e indiretas afetadas é elevado e elas merecem atenção. Contudo, a violência, fenômeno social, não pode ser reduzida a esse indicador.

Como enfatizamos durante o trabalho, são os moradores(as) de favelas os mais impactados pela violência armada no estado do Rio de Janeiro, e os efeitos da violência são complexos e danosos, mas ainda pouco ou quase não estudados para além da sua faceta letal. A despeito da relevância, como tema de debate e de estudos, o fenômeno da violência não letal aparece de forma notavelmente rarefeita na literatura em nosso país.

O que nos leva a conclusão de que esta pesquisa, e a manifestação da violência que ela aborda, se encontra em uma lacuna. Fato que evidencia sua relevância e a importância de compreender as formas do fenômeno observado. Todavia, sabemos que o tema não se esgota nos apontamentos aqui realizados, pelo contrário, sabemos que a violência pode se expressar em múltiplas formas e circunstâncias. Apenas almejamos contribuir com percepções iniciais sobre a temática.

À busca por explicitar as questões e perguntas que constituem o objeto e contexto desta dissertação, não podemos ignorar que a pesquisa não visa veredictos ou verdades absolutas, mas possibilidades. Não tivemos em absoluto a pretensão de esgotar respostas para todas essas perguntas, mas de buscar reflexões críticas para o aprofundamento do entendimento da realidade que se põe e questões que reflitam sobre o paradigma de controle autoritário e repressão que historicamente norteiam as políticas de segurança pública nas periferias das grandes cidades brasileiras.

É importante destacar ainda, que os resultados encontrados nesta pesquisa, embora sejam semelhantes aos encontrados em outros estudos, não devem ser vistos de forma generalizada. Trata-se de um estudo qualitativo, que contou com um pequeno número de participantes, e teve como objetivo trazer visibilidade e reflexão a respeito dos problemas enfrentados pelos moradores do complexo da Maré com as forças policiais e as emoções subjacentes.

A seletividade racial na atividade da polícia incita o aprofundamento e a compreensão das formas de violências estatais materializadas pela ferramenta policial, a qual desde a colonização e o período escravocrata se estrutura como uma ferramenta de controle contra determinados corpos.

Ao refletir sobre a história da instituição policial no Brasil a violência esteve conectada com a estruturação da república brasileira. Nesse sentido, a polícia como instrumento repressivo da força do Estado permaneceu inquestionável até o momento em que a classe média, na ditadura militar, esteve submetida a essa forma de violência. Entretanto, a tortura e os maus tratos policiais contra a população pobre e marginalizada nunca deixou de fazer parte dos regimes políticos que perpassaram a história brasileira.

Não há como dissociar daquilo que estamos vivendo atualmente. Em primeiro de janeiro após quatro anos difíceis com a vitória do projeto de poder hegemônico instaurado no país sob a representação de Jair Messias Bolsonaro tomou posse o novo presidente Luis Inácio Lula da Silva.

Uma semana depois, inconformados com o resultado das eleições, apoiadores do ex presidente armaram um plano público de invasão do centro do poder do país sem nenhum problema, foram escoltados pela Polícia Militar até o Palácio do Planalto. Ao contrário do cenário que se impõe nas favelas cariocas, o que se viu foi uma inação do aparato policial durante a depredação do patrimônio público e questionamento do regime democrático.

Vislumbra-se uma ambiguidade na ação policial, uma vez que, mesmo ao mesmo tempo em que a polícia é instituição volta à proteção de direitos e resolução de conflitos, é instituição de controle que exerce sua força descomedida contra as classes populares. Nada obstante, a sociedade brasileira produziu uma terceira dimensão do trabalho policial: a violência ilegítima na condição de prática social que implica a possibilidade do excesso de poder.

Viu-se que a descrição das formas de atuação da polícia nas favelas é sempre acompanhada de críticas exacerbadas. Em muitos casos estas não se dirigem propriamente à corporação, a repressão, nem aos métodos violentos em si mesmos. As críticas se dirigem ao caráter indiscriminado da ação que não distingue as “pessoas de bem”. Em outras palavras, o que os moradores criticam é menos a violência policial em si e mais a falta de seletividade de seu objeto.

Frente a esta forma de vida, os moradores comuns demonstram um esforço narrativo de afastar-se do mundo do crime, enfatizando sua natureza ordeira e pacífica que seguem. Há um permanente empreendimento para enfrentar o preconceito contra quem mora nas favelas, eles querem provar que são pessoas honestas, mas têm que conviver com a desconfiança, explicitada nas atuações policiais.

Nas narrativas apresentadas por essa família aparecem as ambiguidades e

ambivalências do ser e sentir a Maré como símbolos, projetos e valores sobrepostos, que se repelem e se aproximam em uma dinâmica de sentir-se simultaneamente parte, mas também de sentir-se estranho. Os atores sociais se lançam em processos intersubjetivos que os inferioriza em relação à cidade e os faz suspeitos entre eles mesmos.

É no contexto de desconfianças recíprocas que prosperam apoios à violência estatal. Essa visão vem sendo paulatinamente alterada com o passar do tempo. Foi possível observar que o discurso da filha 1 e da neta se afastam desse espectro, questionando violências antes naturalizadas de uma forma que incitasse sua marginalização.

A ação do Estado dentro dessas regiões informa um cenário em que as garantias jurídicas são encobertas pelo combate pela violência daquilo que é considerado a fonte da criminalidade e da violência. A garantia da ordem jurídica nos espaços favelados têm historicamente significado inscrever o terror no território e no corpo de seus residentes.

Não estou considerando “favelas cariocas” como uma totalidade determinada. Destaco que há diferenças essenciais entre suas formações sociais internas. Entretanto, considero plausível apontar que, historicamente, uma construção discursiva sobre “as favelas” e “o problema” reproduz a composição de uma administração específica em termos políticas públicas de segurança.

Abordagens agressivas, violência verbal, interrogatórios praticados mediante tortura, violências físicas de toda sorte, espancamentos, coação moral, violência verbal xingamentos, humilhações, ameaças, ameaças, injúrias é a experiência urbana cotidiana da população das favelas. Viver na favela implica estar intensamente sujeito aos mais intensos riscos e às práticas extremas geradas pela violência policial.

São indivíduos, familiares, vizinhos, pessoas próximas, que são vítimas, de forma recorrente, de práticas de violência armada e eventos traumáticos. Práticas geradoras de mortes, terror, intenso cerceamento das liberdades civis e políticas.

Sem desconsiderar as particularidades que envolvem a cultura policial nos diversos estados brasileiros e as especificidades das localidades onde atuam cotidianamente, não é equivocado afirmar que as insatisfações dos moradores do Complexo da Maré são compartilhadas com os demais moradores de áreas pobres, não apenas do Estado do Rio de Janeiro.

O que as narrativas apresentadas aqui parecem indicar de novo é a crescente reivindicação por modificação no tratamento dispensado por policiais e a demanda por reconhecimento da sua condição de sujeitos portadores de direitos.

Entendemos que a mudança no paradigma das políticas de segurança pública reside em entendermos as diferentes representações do espaço/território, suas práticas espaciais e seus conflitos, que não podem se restringir a uma lógica binária estigmatizada entre "traficante de varejo" representado como o "grande produtor da barbárie contra a civilidade urbana e a ordem"; o "policial" que representaria a "única solução para impor a ordem na violência caótica de territórios que precisam ser contidos de forma permanente".

Apesar deste trabalho não ter tido como objetivo principal abordar marcadores como raça, gênero, classe e território, é crucial compreender como esses marcadores surgem e estão presentes na forma de violência aqui estudada.

É preciso ressaltar a desigualdade na vivência da violência entre grupos raciais ligada, historicamente, ao genocídio do povo negro a políticas institucionais racistas que legitimam situações de maiores vulnerabilidades dos corpos negros a intervenção violenta.

A necropolítica adota tipografias da crueldade em lugares subalternizados com densidade negra. "O lugar em que a soberania consiste fundamentalmente no exercício de um poder à margem da lei e no qual tipicamente a paz assume a face de uma guerra sem fim" (MBEMBE, 2018, p. 132).

A herança da desumanização de pessoas negras no Brasil oriunda da construção de imaginários sociais estigmatizantes, da coisificação e caracterização do corpo negro como mera mercadoria, persiste datando posturas racistas tanto do Estado quanto das instituições que o representam.

O passado está vivo no presente, o genocídio da população negra não foi reparado, pelo contrário. Os mecanismos e tecnologias estatais de controle social persistem e se materializam perante a ocupação violenta de determinados territórios em que a população é majoritariamente negra.

Remontar os espaços de violência e subalternização em que os amefricanos e amefricanas viveram e continuam experienciando, é cansativo e, muitas vezes, doloroso, ainda mais pela pesquisadora que vos fala se situar nesse lugar demarcado por raça. Porém, como bem aciona Reis (2020), rememorar traumas do passado se torna necessário enquanto as consequências do mesmo ainda persistem.

Constata-se, neste viés, a persistência de um modelo de "polícia bélica". Polícia esta que encontra autoridade na exibição ostensiva de símbolos de força e poder. O que

se reproduz é um modelo militarizado através do qual quem detém o poder determina os rumos das interações.

A proposta teórico-metodológica da antropologia das emoções, busca compreender a relação entre indivíduo e sociedade como em permanente rearranjo, constituindo uma rede de interdependências em constante movimento e tensão. Demonstra, assim, o quanto as emoções são tributárias das relações sociais.

Os elementos abordados mostraram o medo e a insegurança como elementos socializadores presentes no cotidiano dessa família. O medo Pode ser evidenciado como expressão compartilhada do terror nas favelas, bem como consequência situacional da militarização da vida cotidiana.

A sensação de medo permanente enfatiza a demonstração de poder que pareceu ser um dos fundamentos que a violência não letal encarna. A submissão a uma ordem violenta, por sua vez, limita as possibilidades de ação. Os moradores preferem evitar o tema da ordem violenta. Comungam do silenciamento de modo direto ou indireto.

Seria uma leitura simplificadora afirmar que o silêncio dos moradores da Maré seria sinônimo de conformismo ou incapacidade de indignação no que respeita às crueldades da violência instalada no cotidiano. Denunciar publicamente em vida é, antes de tudo, arriscar a própria vida.

O acúmulo da memória de episódios violentos ao longo do tempo afeta o modo como os moradores percebem e interpretam o dito fenômeno da “violência” em si mesma. Esse acúmulo e essa ressignificação constituem um processo contínuo que se desdobra em um cotidiano em que não faltam novos episódios que alimentem a reelaboração.

Produzir conhecimento que relacione criticamente a violência policial e as condições de vida de moradores da cidade, incorporando a reflexão sobre a produção das representações do espaço e práticas sociais em torno desses temas pelos moradores de favela, representa um desafio que precisa ser encarado com maior participação do trabalho científico na construção de processos contra-hegemônicos, emancipatórios e/ou de enfrentamento à violência policial.

Por fim, gostaria de deixar registrado que a violência na Maré não ocorre desassociada de outras expressões de violência, como a estrutural - que se impõe às estruturas organizadas e institucionalizadas e aos sistemas econômicos, políticos e culturais e que levam à opressão de determinadas parcelas da sociedade relegadas a situações de negação de direitos e apesar de o tema escolhido ser muito caro a mim mulher preta favelada, a vida de um favelado não pode ser reduzida à violência.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **Homo sacer:** o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2004.

ALVES, J. A. Necropolítica racial: a produção espacial da morte na cidade de São Paulo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN),** [S.l.], v. 1, n. 3, p. 89-114, fev. 2011.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2020. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Ano 14, 2020.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2021. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Ano 15, 2021.

ANUNCIAÇÃO, D. "Mão na cabeça!": abordagem policial, racismo e violência estrutural entre jovens negros de três capitais do Nordeste. In: **Saúde Soc. São Paulo**, v.29, n.1, e190271, 2020.

ARENDT, H. **Da violência**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1985.

BARBOSA. R. B. **Medos Corriqueiros e Vergonha Cotidiana**: Uma análise compreensiva do Bairro do Varjão/Rangel, João Pessoa, PB. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Antropologia), Universidade Federal da Paraíba, 2015.

BARREIRA, C.; MORAES, S. S. **Medo e violência na cidade:** Narrativas e tramas que alteram o cotidiano no bairro de Benfica, Fortaleza-CE. Disponível em: https://evento.ufal.br/anaisreaabanne/gts_download/Suiany%20Silva%20de%20Moraes%20-%201020274%20-%203696%20-%20corrigido.pdf

BECKER. H. **Outsiders:** Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar; 2008.

BRANDÃO, C. F. **O controle das emoções, o medo e a violência**. Departamento de Educação UNESP. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais7/Trabalhos/O%20controle%20das%20emocoes%20o%20medo%20e%20a%20violencia.pdf

BUTLER, J. **A vida psíquica do poder:** teorias da sujeição. Autêntica Editora, 1997.

BRASIL. Instituto de Segurança Pública. **Séries Históricas de taxa de letalidade no estado do Rio de Janeiro e grandes Regiões**. Rio de Janeiro: ISP 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Mortes por Armas de Fogo no Brasil** (Org.: TOURINHO, M.F.). Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 737, de 16 de maio de 2001**. Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências**.** *Diário Oficial da União.* Brasília, DF, 17 de maio de 2002. Disponível em: http://www.mp.rs. gov.br/infancia/legislacao/id3072.htm. Acesso em: 07 dez 2012.

BUENO, R T. O. **Um olhar sobre as vítimas diretas dos homicídios provocados e sofridos por policiais**. Dissertação de Mestrado. Fiocruz. Rio de Janeiro, 2020.

CARDOSO, M. A dimensão simbólica dos conflitos: moradores de favela e polícia. **Anuário Antropológico**, v. 38, n. 1, 2013.

CARVALHO, D. S. **Respeita a polícia:** a violência policial como uma manifestação da violência contra mulheres no Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2022.

CAVALCANTI, M. Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: Notas etnográficas de uma favela carioca. *In:* **Revista Dilemas**, 2008.

CHAUÍ, M. Ensaio ética e violência. **Revista Teoria e Debate**, ano 11, n. 39, 1998.

COELHO, M. C. **Narrativas da Violência:** a dimensão micropolítica das emoções. Caxambu, out. 2009.

COSTA, I. F. **Análise sócioorganizacional e problemática da burocracia**. Violência, controle social e polícia no Brasil. In: Polícia e sociedade: gestão de segurança pública violência e controle social. Salvador: EDUFBA, 2005, pp. 85-108.

DAS, V. **Vida e palavras**: a violência e sua descida ao ordinário. São Paulo: Ed. Unifesp, 2020.

DA MATTA, R. **As raízes da Violência no Brasil.** in PINHEIRO, P. S. A violência Brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DINIZ, D. **Didier Fassin entrevistado por Débora Diniz**. Coleção Pensamento Contemporaneo. Ed. UERJ, Rio de Janeiro: 2016.

DOUGLAS, M. **Pureza e Perigo.** São Paulo: Perspectiva, 1976.

DELGADO, P. G. G. Violência e saúde mental: os termos do debate. In: **O Social em Questão**, Ano XV, nº 28, 2012.

DESLANDES, S. F. **A construção do projeto de pesquisa.** In Pesquisa Social Teoria, Método e criatividade. Maria Cecília de Souza Minayo Org. Petrópolis, RJ: Vozes, 21a ed, p. 31-50, 2002.

EILBAUM, L; MEDEIROS, F. "Quando existe 'violência policial'? Direitos, moralidades e ordem pública no Rio de Janeiro". **Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc., Rio de Janeiro**, vol. 8, n. 3, 2015.

ELIAS, N. **O processo civilizador**: formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1993b, vol. 2 (Trad.: Ruy Jungmann).

FERNANDES, F. L. **Violência, medo e estigma:** Efeitos socioespaciais da "atualização" do "mito da marginalidade" no Rio de Janeiro. Tese de doutorado. UFF, 2009.

FREITAS, G. J. **Ecos da violência**: narrativas e relações de poder no Nordeste canavieiro: Relume Dumará. Núcleo de Antropologia da Política. UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

GARAU, M. G. R. Uma análise das relações da Polícia Militar com os moradores de uma favela ocupada por UPP. In: **Revista Direito e Práx**., Jul 2017.

GOLDENBERG, M. **Entrevistas e questionários.** In: GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 85-91.

GONÇALVES, C. B. et al. Violência urbana e saúde mental: desafios de uma nova agenda? In: **Revista de Psicologia**, v. 29, n. 1, p. 17-23, jan.-abr. 2017.

GONÇALVES, R. S. Censos e favelas cariocas: evolução de um conceito censitário. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, vol. 28, e23, 2020. Museu Paulista, Universidade de São Paulo.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

HIRATTA, D. et al. **11 Meses de restrição às operações policiais no Rio de Janeiro**. Grupo de Estudos Novos Ilegalismos. UFF Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, maio 2021.

_____. **Chacinas Policiais.** Grupo de Estudos Novos Ilegalismos. UFF Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, maio, 2022.

_____. **Operações policiais e violência letal no Rio de Janeiro**: Os impactos da ADPF 635 na defesa da vida. Grupo de Estudos Novos Ilegalismos. UFF Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, março, 2021.

HIRATA, D.; GRILLO, C.; DIRK, R. Operações policiais e ocorrências criminais: por um debate público qualificado. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, p. 1-19, 2020.

INTER-AMERICAN COMMISSION ON HUMAN RIGHTS. **Situação dos direitos humanos no Brasil**: Aprovado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 12 de fevereiro de 2021.

JÚNIOR, Á. F. B.; JÚNIOR, N. F. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. In: **Revista Evidência**, Araxá, v. 7, n.7, p. 237-250, 2011.

KAMIMURA, A. **A efetivação dos direitos humanos**: o desafio do direito no atendimento interdisciplinar a vítimas de violência. São Paulo: Faculdade de Direito. USP Universidade de São Paulo, 2009.

KOURY, M. G. P. A noção de medo na visão dos moradores da cidade de João Pessoa – PB. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, João Pessoa, v. 6, n. 16, 2006.

LINCOLN, L. E. S. C. **Estratégias de enfrentamento de mulheres vítimas de violência doméstica.** São Carlos: UFSCar, 2013.

MARIANO, A. F. C. "A memória é a matéria essencial das entrevistas": Entrevista com José Carlos Sebe Bom Meihy". **PPGCOM – UFJF**, v. 14, n. 3, p. 213-226, Juiz de Fora, set/dez, 2020.

MAURA. R. M. **Conceitos e formas de violência.** org. Caxias do Sul, RS: Educs, 2016.

MAZZUTTI, V. B. **Processo Penal sob a perspectiva da vítima:** uma leitura constitucional a partir dos direitos humanos. Dissertação (Mestrado em Direito), Jacarezinho, Universidade Estadual do Norte do Paraná, 2011.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: 1a Edição, 2018.

MINAYO, M. C. S. A Violência Social sob a Perspectiva da Saúde Pública. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro: 1994.

MINAYO, M. C. S. **Violência e Saúde.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

MUNIZ, J.; CARUSO, H.; FREITAS, F. Os estudos policiais nas ciências sociais: umbalanço sobre a produção brasileira a partir dos anos 2000. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais-BIB**, v. 2, 2018.

NETO, P. M. **Violência policial no Brasil**: abordagens teóricas e práticas de controle. In: Cidadania, justiça e violência/ Org.s Dulce Pandolfi et al. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p.130-148.

OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Salud Mundial.** Genebra: OMS, 1993.

OPAS. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). **Violencia y Salud.** Resolución. XIX. Washington: Opas, 1994.

PINC, M. T. **O uso da força não letal pela Polícia nos encontros com o Público**. Dissertação (Departamento de Ciência Política), Universidade de São Paulo, 2006.

PORTO, M. S. G. **Sociologia da violência. Do conceito às representações sociais**. Brasília: Francis, 2010.

QUARESMA, V. B., SILVA, J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. In: **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. v. 2, n 1, p. 68-80., jan-jul/2005.

REDES DA MARÉ. **Boletim Direito à Segurança Pública na Maré**, REDES DA MARÉ, 6ª Ed, Rio de Janeiro, 2021.

REZENDE C. B., COELHO, M, C. **Antropologia das emoções.** Rio de Janeiro: FGV, 2010.

RIBEIRO, F. M. L. et al. **Sumário Executivo Pesquisa Conflitos armados e saúde - investigando os sentidos e os impactos da violência entre moradores e trabalhadores da saúde e da educação em Manguinhos/Rio de Janeiro/RJ – estudo de caso.** Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli/Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz (CLAVES/ENSP/Fiocruz). Julho 2020.

SALEM, T. **Entrevistando famílias:** notas sobre o trabalho de campo. In: NUNES, E. O. (Org). A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p. 47-64.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, R. S. et al. O conflito armado e os impactos na saúde dos trabalhadores que atuam na Estratégia de Saúde da Família na cidade do Rio de Janeiro. In: **Saúde Soc**. São Paulo, v.29, n.1, e. 180850, 2020.

SCHMID, P. C.; JUNIOR, O. D. S. Violência urbana e saúde mental: por narrativas em primeira pessoa. In: **Revista Physis, v.** 29, 25 Nov 2019.

SILVA, E. S. **Testemunhos da Maré.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2012.

SILVA, L. A. M.; LEITE, M. **"Violência, crime e polícia:** o que os favelados dizem quando falam desses temas?". In: L. A. Machado da Silva (org.). Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. RJ: Nova Fronteira, 2008.

SUS. SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Comissão Organizadora da IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial. **Relatório Final da IV Conferência Nacional de Saúde Mental –Intersetorial**, 27 de junho a 1 de julho de 2010. Brasília: Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, 2010.

SOUZA, E. R. et al. Contribuição da literatura sobre a temática violência e saúde nos 25 anos da Ciência & Saúde Coletiva. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, 25 (12): 4791-4802, 2020.

SOUZA, L. A. F. Anotações sobre a violência, o crime e os direitos humanos. *In* **Revista de Psicologia,** UNESP, n. 2, 2003.

TELES, V. **A violência como forma de governo.** Dossiê Estado de Choque. Le Monde Diplomatique Brasil. Ed 139, 2019

TOLEDO et. al. À margem: uso de crack, desvio, criminalização e exclusão social – uma revisão narrativa. **Ciência & Saúde Coletiva** [online], v. 22, n. 1, 2017. Acesso em: 09 Junho 2021.

UNASUS. **Organização Mundial de Saúde declara pandemia do novo Coronavírus**, 2020. Disponível em: https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacaomundial-de-saude-declarapandemia-de-coronavirus. Acesso em: 09 Junho 2021.

VALADARES, F. C.; SOUZA E. R. Análise da inserção do tema da violência na Política de Saúde Mental brasileira a partir de seus marcos legais. In: **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 1051-1077, 2013.

VALENTE, J. L. UPPS: observações sobre a gestão militarizada de territórios desiguais. In: **Revista Direito e Praxis**, v. 5, n. 2. 2014.

VELHO, G. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea.** Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1981.

WERLANG, R.; MENDES, J. M. R. Sofrimento Social. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 116, p. 743-768, out./dez. 2013.

ZALUAR, A. Oito temas para debate Violência e segurança pública. *In:* **Sociologia, Problemas e Práticas,** n.38, Oeiras, maio 2002.

ZAPATA, D. C.; ROMERO, G. R. “Con el Jesús en la boca”: miedo y vida cotidiana em sociedades en guerra. El caso de Tumaco (Nariño, Colombia), In: **Horizontes Antropológicos**, 2019.

ANEXO 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), "Violência Policial tem CEP": gramática das emoções nas narrativas e vivências de uma família moradora do Complexo de Favelas da Maré, conduzida por Maria Rita da Silva Baltazar Gomes. Este estudo tem por objetivo compreender de que maneiras a violência policial não letal no território do Complexo da Maré desperta emoções nos(as) moradores(as) a ela submetidos.

Você foi selecionado(a) por ser morador(a) do Complexo de Favelas da Maré e não ter tido nenhum familiar vítima de violência policial letal. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo.

Caso você apresente alguma situação de sofrimento ou afetação intensificados a partir do acesso às suas emoções e experiências passadas ou presentes, comprometo-me a oferecer acolhimento e encaminhamento cuidadoso para serviço público pertinente.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em conceder entrevista em local privado, onde se sentir mais confortável, podendo ser a sua residência ou a residência da pesquisadora, com duração de no máximo uma hora, estando presentes no ambiente apenas entrevistado(a) e entrevistadora. Esse encontro não será gravado por nenhuma mídia de áudio ou vídeo. Não haverá nenhum tipo de benefício financeiro direto com a participação na pesquisa, mas eventuais despesas de deslocamento e alimentação serão ressarcidas.

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais, e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação. Seu nome, endereço, comunidade onde reside e local de trabalho não serão em hipótese alguma revelados.

O pesquisador responsável se compromete a tornar público nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos participantes.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável / coordenador da pesquisa. Ao assinar este documento, você não abrirá mão de nenhum direito legal, assim como poderá sair do estudo a qualquer momento sem prejuízo nenhum. Será também necessário que você e o pesquisador rubriquem todas as páginas deste termo, assegurando que todas as páginas foram lidas, o que garante ainda mais a sua proteção.

Os comitês de ética são responsáveis pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. Se você tem alguma dúvida sobre seus direitos como participante de uma pesquisa ou se quiser fazer alguma reclamação, pode procurar o pesquisador responsável ou o(s) comitê(s) de ética em pesquisa nos contatos abaixo:

Pesquisador Responsável: Maria Rita da Silva Baltazar Gomes, mestranda, residente e domiciliada na Rua Germano Firmino dos Santos 79/205, Maré, Rio de Janeiro – RJ, endereço eletrônico mariarsbaltazar@gmail.com, telefone (21) 96667-3713.

Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro – UERJ: Rua São Francisco Xavier, 524– sala 7.003-D, Maracanã, Rio de Janeiro, CEP 20550-013, telefone (21) 2334- 0235, ramal 211. E-mail: cep.ims.uerj@gmail.com.

Ao assinar este documento, o(a) participante estará declarando que entendeu os objetivos, riscos e benefícios de sua participação, e que concorda em ser incluído(a) na pesquisa.

Rio de Janeiro, ___ de _____ de 2022.

Assinatura do(a)participante[imprescindível]: _____

Assinatura do(a) pesquisador(a)[imprescindível]: _____

ANEXO 2 - ROTEIRO DA ENTREVISTA

Dados do participante

Idade:

Sexo:

Grau de escolaridade:

Raça:

Com quem você vive:

Ocupação/Local de trabalho:

Pergunta "gatilho"

Você tomou conhecimento das últimas operações policiais que ocorreram no Jacarezinho e mais recentemente no Complexo do Alemão? O que você pensa sobre o caso?

Relação com o território:

1. Há quanto tempo reside no Complexo da Maré:
2. Como é a vivência no território:

Sobre a atuação da polícia no território

1. Como é a atuação da polícia no Complexo da Maré?
2. Como você avalia a atuação da polícia no Complexo da Maré?
3. Você considera que a atuação policial tem algum impacto na sua vida? De que forma?
4. Que pensamentos, sentimentos e sensações isso desperta em você?

Sobre a violência sofrida

1. Você considera que já sofreu algum tipo de violência policial no Complexo da Maré?
2. Você conhece alguém que já sofreu violência policial no Complexo da Maré?
3. Você já presenciou outras pessoas sofrendo algum tipo de violência policial no Complexo da Maré?
4. Como você lida e enfrenta a violência policial sofrida?

Experiências pessoais com a polícia no território

1. Você já passou por revista pessoal?
2. Sua residência já passou por busca domiciliar?
3. Você já foi insultada/o, depreciado ou humilhado pela polícia?
4. Você já foi assustada/o ou intimidado pela polícia?
5. Você já foi ameaçado pela polícia ou já ameaçaram machucar alguém que você gosta?
6. Você já presenciou o carro blindado utilizado pela polícia?
7. Você já presenciou confronto armado envolvendo a polícia?
8. Que sentimentos esses episódios despertaram em você?